



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
Faculdade de Educação

Paulo Henrique Costa Pimentel

**INSTRUÇÃO PÚBLICA E DEMANDA POPULAR POR EDUCAÇÃO  
EM CAMPINAS (1893-1920)**

Campinas/SP  
2024

Paulo Henrique Costa Pimentel

**INSTRUÇÃO PÚBLICA E DEMANDA POPULAR POR EDUCAÇÃO  
EM CAMPINAS (1893-1920)**

*Dissertação apresentada à Faculdade de  
Educação da Universidade Estadual de  
Campinas como parte dos requisitos exigidos  
para a obtenção do título de Mestre em  
Educação, na área de Educação.*

**Orientador:** Prof. Dr. Andre Luiz Paulilo

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À  
VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO  
DEFENDIDA PELO ALUNO PAULO  
HENRIQUE COSTA PIMENTEL,  
ORIENTADA PELO PROF. DR. ANDRÉ  
LUIZ PAULILO.

Campinas/SP  
2024

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)  
Biblioteca da Faculdade de Educação  
Gustavo Lebre de Marco - CRB 8/7977

P649i Pimentel, Paulo Henrique Costa, 1995-  
Instrução pública e demanda popular por educação em Campinas  
(1893-1920) / Paulo Henrique Costa Pimentel. – Campinas, SP : [s.n.], 2024.

Orientador: Andre Luiz Paulilo.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP),  
Faculdade de Educação.

1. História da educação. 2. Educação popular. 3. Oferta e procura. 4. Brasil  
- História - República Velha, 1889-1930. 5. Campinas (SP). I. Paulilo, Andre  
Luiz. II. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Faculdade de  
Educação. III. Título.

Informações Complementares

**Título em outro idioma:** Public instruction and popular demand for education in Campinas  
(1893-1920)

**Palavras-chave em inglês:**

History of education

Popular education

Supply and demand

Brazil - History - 1889-1930

Campinas (São Paulo, Brazil)

**Área de concentração:** Educação

**Titulação:** Mestre em Educação

**Banca examinadora:**

Andre Luiz Paulilo [Orientador]

Maria Sílvia Duarte Hadler

Antonio Carlos Galdino

**Data de defesa:** 21-08-2024

**Programa de Pós-Graduação:** Educação

**Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)**

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0009-0008-8985-5035>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/4428974620140197>

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
Faculdade de Educação

DISSERTAÇÃO  
**INSTRUÇÃO PÚBLICA E DEMANDA POPULAR POR EDUCAÇÃO  
EM CAMPINAS (1893-1920)**

**PAULO HENRIQUE COSTA PIMENTEL**

**COMISSÃO JULGADORA:**

Prof. Dr. Andre Luiz Paulilo

Profa. Dra. Maria Sílvia Duarte Hadler

Dr. Antonio Carlos Galdino

A Ata da Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria do Programa da Unidade.

## AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. André Luiz Paulilo, por esses anos de orientação, e construção desse trabalho, todo ensino e apoio e pesquisa foram fundamentais. Assim como a Professora Doutora Maria Sílvia Duarte Hadler, ao Doutor Antonio Carlos Galdino e a Doutora Silvia Vallezi por aceitarem participar da minha banca de defesa e por colaborar com a pesquisa, especialmente durante o processo de qualificação.

Aos meus colegas do Programa de Pesquisa e Estudo em História da Educação do Centro de Memória da Unicamp (PROEPHE/CMU). À Claudiana Reis, ao Leandro Piazzon, ao Ricardo Felipe da Costa, à Taís Flôres, à Tamyres Gabriela Silva, pelas valiosas contribuições que enriqueceram este estudo desde o seu início, sou grato a todos pelo apoio recebido durante esta fase inicial da minha trajetória acadêmica. Em especial aos que participaram comigo do Projeto Institucional, junto ao atendimento ao consulente nos arquivos históricos do Centro de Memória da Unicamp (CMU), ao Matheus Silveira, ao Munir Abboud de Camargo, ao meu amigo Rodrigo Leal, e à bibliotecária Kenia Laura de Oliveira com o auxílio na consulta ao acervo.

Aos Professores da Faculdade de Educação da Unicamp, que tive a honra de conhecer e compartilhar minha pesquisa, Prof. Dr. Arnaldo Pinto Jr., Prof. Dr. Anderson Trevisan, Profa. Dra. Maria do Carmo Martins. E à Profa. Dra. Carolina Cechella Philippi por todo apoio e colaboração.

À Anne Capelo pela revisão textual.

Aos servidores da Prefeitura Municipal de Campinas no Arquivo Municipal de Campinas, à Regina Joselita Barbosa no primeiro contato com a documentação, à Rita de Cássia Francisco pela ajuda na elaboração do projeto de pesquisa, e posteriormente à Juliana Maria de Siqueira por todo apoio prestado.

À toda equipe do Arquivo da Câmara Municipal de Campinas, em especial ao Murilo Cavinato Favaretto pelo atendimento, e aos grandes amigos Guilherme de Andrade, Fernanda Marqueto, e Lucas Mikael pelo apoio durante o período de levantamento de dados.

Agradeço aos que sempre me apoiaram e que para essa escolha não foi diferente, meus pais Cidinha e Samuel Xavier, e à minha irmã Larissa Pimentel.

Aos meus sogros Paulo Rogério e Luciana dos Santos, por todo apoio.

E a pessoa mais importante da minha vida, minha companheira Mayara dos Santos pela motivação, e apoio total durante esse processo de grandes mudanças em nossas vidas. A amo muito mais por isso.

## RESUMO

Este trabalho está inserido no campo da História Cultural e da Educação, focando especificamente na demanda popular por escolas em Campinas durante o final do século XIX e início do XX. O estudo tem como principal objetivo compreender as necessidades, pressões e exigências da população campineira em relação à educação, além de explorar as motivações e contradições que moldaram o processo educativo. Utilizando a abordagem de análise de Michel Certeau (2007), este trabalho não apenas revisita o tema da demanda popular por escolas, mas também reavalia o papel desempenhado pelo poder municipal de Campinas na expansão educacional entre 1893 e 1920. A pesquisa se baseia em um referencial teórico atenta para importância da demanda popular, incluindo estudos de Demartini (1989), Souza (1998) e Hilsdorf (2003). A análise concentra-se em documentos que evidenciam a promoção da educação pelo poder público do estado de São Paulo e do município de Campinas. Esses documentos, principalmente correspondências enviadas ao Intendente/Prefeito Municipal e outros registros coletados no Arquivo Municipal de Campinas, fornecem uma visão das práticas docentes, condições de trabalho, estrutura das escolas, solicitações de matrícula gratuita em escolas particulares e a ação da população em relação às autoridades locais. Além disso, o estudo examina a resposta dos professores e da comunidade em geral a essas demandas, revelando as estratégias de suas iniciativas. A documentação analisada mostra a maneira como a população campineira se dirigia as autoridades locais e sua contribuição na expansão e melhoria das condições educacionais, destacando a complexidade e a dinâmica das interações entre a sociedade civil e o poder público no campo da educação.

**Palavras-chave:** História de Educação; Educação Popular; Demanda; Primeira República; Campinas.

## ABSTRACT

This work falls within the field of Cultural History and Education, specifically focusing on the popular demand for schools in Campinas during the late 19th and early 20th centuries. The main objective of the study is to understand the needs, pressures, and demands of the Campinas population regarding education, as well as to explore the motivations and contradictions that shaped the educational process. Using Michel Certeau's analytical approach (2007), this work not only revisits the theme of popular demand for schools but also reevaluates the role played by the municipal government of Campinas in educational expansion between 1893 and 1920. The research is based on a theoretical framework that emphasizes the importance of popular demand, including studies by Demartini (1989), Souza (1998), and Hilsdorf (2003). The analysis focuses on documents that highlight the promotion of education by the public authorities of the state of São Paulo and the municipality of Campinas. These documents, mainly correspondence sent to the Intendant/Mayor and other records collected in the Campinas Municipal Archive, provide insight into teaching practices, working conditions, school structures, requests for free enrollment in private schools, and the actions of the population in relation to local authorities. Additionally, the study examines the response of teachers and the community at large to these demands, revealing the strategies behind their initiatives. The analyzed documentation shows how the Campinas population addressed local authorities and contributed to the expansion and improvement of educational conditions, highlighting the complexity and dynamics of interactions between civil society and public authorities in the field of education.

**Keywords:** History of Education; Popular Education; Demand; First Republic; Campinas.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1-</b> Cidade de Campinas, com indicação das instituições de ensino, 1900.....	47
<b>Figura 2-</b> Mapa da Cidade de Campinas, (Edição da Casa Geroud) 1916. Localização das áreas conforme os perímetros.....	48
<b>Figura 3-</b> Requerimento de matrícula no Liceu, Francisca Umbelina de Carvalho (08/05/1911).....	64

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Estatística escolar do Município de Campinas, 1908 a 1916.....	27
<b>Tabela 2</b> - Estatística escolar do Município de Campinas, 1917 e 1918.....	31
<b>Tabela 3</b> - Estatística escolar do Município de Campinas, 1919 e 1920/1921.....	31
<b>Tabela 4</b> - Comparação da situação escolar de Campinas em 1920 e 1923.....	36
<b>Tabela 5</b> - Escolas Isoladas de Campinas em 1900.....	38

## LISTA DE QUADROS E TABELAS

<b>Quadro 1</b> - Instrução Particular, Campinas, 1911.....	50
<b>Quadro 2</b> - Escolas municipais de Campinas.....	68

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO 1 - O ESTUDO DA DEMANDA POPULAR POR ESCOLA .....</b>	<b>17</b>
<b>1.1- O interesse da população pela escola .....</b>	<b>17</b>
<b>1.2- A expansão do ensino e a questão ideológica .....</b>	<b>21</b>
<b>CAPÍTULO 2 – ASPECTOS DA INSTRUÇÃO PÚBLICA EM CAMPINAS .....</b>	<b>25</b>
<b>2.1- As estatísticas de movimento da população escolar .....</b>	<b>26</b>
2.1.1- Anuários de Ensino do Estado .....	27
2.1.2- Almanques da Cidade .....	38
<b>2.2- Dimensões pública e privada .....</b>	<b>44</b>
<b>CAPÍTULO 3 – AÇÕES DA POPULAÇÃO POR ESCOLA .....</b>	<b>54</b>
<b>3.1- O funcionamento das escolas municipais e as cartas dos professores .....</b>	<b>55</b>
<b>3.2- O discurso de democratização do ensino e o Liceu de Artes e Ofícios .....</b>	<b>63</b>
<b>3.3- Ação coletiva para criação de escolas .....</b>	<b>68</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>74</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>76</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>83</b>

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa faz parte das discussões acerca da educação popular entre as últimas décadas do século XIX e o início do século XX realizadas no âmbito do Programa de Estudos e Pesquisas em História da Educação do Centro de Memória da Unicamp (PROEPHE-CMU/Unicamp). Ela está alinhada à tentativa pioneira de Rosa Fátima de Souza (1998, p. 19) de “explicar o processo de escolarização das classes populares<sup>1</sup> tendo em vista a relação Estado-educação-classes populares”. Nesse sentido, como Souza (1998, p. 19), busca, a partir da história da educação em Campinas, “apreender as demandas, as pressões e as reivindicações populares pela educação e as motivações e contradições que circunscreveram o processo de escolarização dessas classes sociais”. Pretende-se, assim, desvelar como a educação popular se desenvolveu, evidenciando a interação entre o Poder Público, a educação primária e a população. O estudo enfoca nos sujeitos e suas aspirações, que moldaram a escolarização desses grupos em Campinas no período de 1893 a 1920.

O período estudado é marcado por um esforço do Governo do Estado de São Paulo em expandir a Instrução Pública, com o aumento no número de escolas, matrículas e vagas, ao mesmo tempo que se organiza um sistema de ensino público. As leis municipais de regulamentação da Instrução Pública são referenciais para compreensão deste cenário e da definição desse recorte temporal. Faz-se necessário atentar, ainda, para o fato de que elas estavam alinhadas ao projeto de educação orientada na relação de dependência que a municipalidade tinha com o Partido Republicano Paulista (PRP).

O município era um importante bastião político do PRP. As eleições funcionavam como um meio de legitimação da oligarquia, conferindo-lhe um verniz democrático. Durante esse período, apesar de certa autonomia dos municípios, inclusive os de maior arrecadação no estado, o crescimento da Instrução Pública demandava maiores recursos orçamentários, intensificando assim a dependência do governo central e, conseqüentemente, da comissão central do partido. O clientelismo era uma prática rotineira nas negociações políticas. Para o governo estadual, contar com um político local influente garantia o domínio das eleições na região; para o líder local, por sua vez, controlar o município assegurava benefícios vindos do governo estadual. A centralização do poder também impactava as relações entre a comissão central, situada na capital São Paulo, e os diretórios locais, localizados nos municípios. A

---

<sup>1</sup> A categoria utilizada pela autora não se refere aqui à diferenciação entre elite, grupos dominantes/mandatários e o povo, indivíduos menos favorecidos. Mas à separação entre o Poder Público e o restante da população, os populares, onde a classe média também estaria incluída.

comissão central era responsável por escolher as listas eleitorais — ocasionalmente sem a participação dos líderes locais — e decidir quais candidatos deveriam ser apoiados. Os diretórios locais tinham como função apenas ratificar as decisões desta comissão (SOUZA, 1998).

Essa relação é exemplificada em um pedido feito pelo diretório local do PRP ao Prefeito Raphael Duarte no qual a nomeação para um cargo de professora adjunta em uma escola municipal de Campinas fosse destinada a um membro de interesse do partido, em 19 de novembro de 1920:

Estando determinado pela lei 261, de 29 de outubro de 1920, a criação de uma cadeira de adjunto na escola Ferreira Penteado desta cidade, o diretório político local vem solicitar a vossos bons officios afim de ser nomeada para esse lugar [cargo no diretório estadual ilegível] a senhorinha Aurélia Gomes que está em condição de bom desempenho o cargo, e por quem muito se interessa esse diretório. Esperando que V. Ex<sup>cia</sup> leve em consideração o pedido, o diretório apresenta-lhe protestos de estima e grande apreço.

Presidente Antônio Camargo, e Secretário [nome ilegível]  
Partido Republicano de Campinas

A figura do Intendente/Prefeito nomeado — todos eles políticos do PRP — era o chefe da Instrução Pública Municipal, responsável por deliberar e regulamentar a educação pública e primária no período entre 1893 e 1920. Primeiramente, faz-se necessário destacar que a lei nº 27 de 1893, alinhada com as reformas do estado, delimitou quais eram as funções do município e do estado no provimento das escolas públicas, mas ela apresentava lacunas nos demais aspectos da organização das instituições primárias, apontadas pelos próprios Intendentes em seus relatórios enviados a Câmara Municipal.

A mais relevante delas seria a Lei nº 107 de 1905. Seu texto, com oito capítulos, regula sobre o ensino e sua obrigatoriedade, as escolas municipais e seu provimento, matrículas, funcionamento das aulas e exames; concursos, qualificação, licenças e habilitação dos professores. Entre outros pontos, a Lei 107 de 1905 amparava os professores e orientava a população em suas demandas. As outras resoluções acompanharam as disposições dessas duas primeiras leis municipais, até o momento da expansão das escolas públicas e da criação da Inspeção Municipal, que é instituída pela Lei nº 166 de 1912. Esta nova legislação contribuiu para a criação de procedimentos burocráticos que regulamentaram práticas de acesso à escola, que antes já eram estabelecidas pela comunidade local e professores.

Reconhecendo os resultados que Souza já produziu ao identificar as estratégias alternativas ao sistema público de escolarização, esta pesquisa se detém naquela, então, menos explorada por sua análise: os abaixo-assinados, petições e requerimentos utilizados pela

população. Ainda assim, a percepção de Souza de que essa prática, quando repercutida na imprensa da cidade, se relacionaria com a política local é corroborada aqui por uma análise de abaixo-assinados, requerimentos e petições localizadas no arquivo municipal.

Especialmente pela reunião de fontes na qual a pesquisa se baseia, a análise toma como pressuposto a existência de demanda por escolarização no período. Ao contrário das interpretações que veem no poder público o único indutor de demanda por escola entre a população, este estudo acompanha os argumentos de Souza (1998) e Demartini (1989), que, ao estudarem as dinâmicas de escolarização no interior de São Paulo, reúnem vestígios que permitem afirmar a existência de demanda por parte da população por escolas.

O interesse em compreender este movimento de solicitações por escolas em Campinas definiu a organização dos capítulos desta dissertação em torno dos principais domínios frequentados pela historiografia da educação sobre o tema. Assim, o primeiro capítulo discute a percepção dessa área de estudos a respeito das demandas populares por escolarização, de modo que seu foco principal são as análises do processo de expansão escolar no início do regime republicano. Matizando questões abordadas no referencial teórico, atrelados aos trabalhos de Souza (1998), Demartini (1989) e Hilsdorf (2003) sobre a demanda popular por escola, como resultado da busca pelos caminhos de pesquisa que tal perspectiva traz para a História Cultural e para a História da Educação.

Em seguida, o segundo capítulo aborda a percepção das autoridades públicas sobre a necessidade de educação popular. Ele se concentra na construção de novas escolas, entendendo que esse esforço foi resultado do reconhecimento, por parte das autoridades político-administrativas republicanas, da necessidade de expandir as vagas escolares. Utilizando dados estatísticos fornecidos por órgãos públicos, o objetivo é, por um lado, destacar uma demanda existente e, por outro, categorizar cada instituição de ensino de acordo com a demanda que atendia para a expansão da educação popular.

Durante o período analisado, em Campinas existiu uma rede de escolas que trabalhavam no ensino das primeiras letras, que eram identificáveis por seus nomes. As escolas isoladas ou reunidas, independentemente de serem mantidas pelo estado ou município, adotavam o nome do bairro ou distrito onde estavam localizadas. As nomenclaturas indicavam apenas se a escola era voltada para o ensino de meninas, meninos, ou se era mista, além de especificar se era a primeira ou a segunda instituição estabelecida no mesmo bairro.

As escolas isoladas eram compostas por um único professor, que se dedicava a alfabetizar crianças entre 7 e 12 anos na mesma sala de aula. Seguindo um padrão semelhante, as escolas reunidas eram formadas pela combinação de mais de um professor, cada um

lecionando em suas respectivas salas dentro de um mesmo prédio. A organização dos alunos em séries de adiantamento ocorria somente em duas escolas municipais. Elas, em seus nomes, prestavam homenagem a figuras significativas para a história de Campinas, Corrêa de Mello e Ferreira Penteado. Esta estrutura também era adotada pelos Grupos Escolares, instituições providas pelo estado.

Embora demonstrassem diferentes disposições, elas eram moldadas pelos mesmos mecanismos de supervisão. As escolas particulares, por outro lado, obedeciam a uma organização alinhada à entidade mantenedora. Entretanto, cada uma servia a uma demanda específica na sociedade campineira.

Por fim, o terceiro capítulo se detém no estudo dos abaixo-assinados, petições e requerimentos dirigidos às autoridades públicas com o objetivo de identificar algumas das estratégias de pedidos da população e refletir sobre o papel dessas práticas na política local. Com organização e análise dos documentos do Arquivo Municipal de Campinas, busca-se expor sobre a diversidade de medidas relacionadas à docência, às condições de trabalho e à estrutura das escolas. Destaca-se também a interação entre o executivo municipal e os pedidos de matrícula gratuita em escolas particulares, bem como a elaboração de abaixo-assinados e sua conexão com as autoridades locais.

Portanto, esta pesquisa se ocupa das dimensões teórico-metodológica, político-administrativa e social dos estudos acerca da expansão escolar durante a Primeira República. Com o objetivo de compreender o exercício de demanda da população por escola no início do século XX, esta investigação busca no levantamento dos abaixo-assinados, petições e requerimentos uma perspectiva de análise.

A ênfase da leitura nesse tipo de fonte recaiu sobre os aspectos mais cotidianos da ação da população. Sem desconsiderar eventuais relações político-partidários das demandas da população e como repercutiam nas políticas públicas, a leitura se detém nas práticas mais cotidianas. Nessa direção, as contribuições de Michel de Certeau (2007) para a compreensão dos fazeres ordinários mostraram-se úteis ao recorte interpretativo proposto nesta abordagem do tema. Tais reflexões de Certeau sobre os fazeres comuns apontam para a necessidade de atenção para as práticas cotidianas de apropriação de modelos culturais. Certeau (2007, p. 102) interessou-se por práticas desviacionistas, sem um lugar próprio de articulação e adequadas à análise de “procedimentos que valem pela pertinência que dão ao tempo, às circunstâncias”. Suas apreensões dos usos e práticas que passam ao largo de um aparelho técnico, sobretudo, auxiliam na compreensão da força matricial das ações de ocasião (CERTEAU, 2007).

As evidências reunidas por Demartini e Souza sobre as reivindicações da população por escolas mostram que os abaixo-assinados, assim como a correspondência endereçada às autoridades públicas pertencem à mesma ordem de enfrentamento político. Para o caso em tela, as perspectivas de Certeau, em que pesem suas diferenças, apontam para o reconhecimento do lugar em que as reivindicações se deram no período e para a importância dos modos mais cotidianos de enfrentamento das condições de vida e dos controles instituídos pelos poderes do Estado. Nessa perspectiva, são aspectos imprescindíveis à interpretação, tanto no caso da cidade de Campinas, como uma forma ampliada da reivindicação privilegiada na análise, não só porque circunscrevem a atuação, mas, principalmente, porque expressam a condição do enfrentamento. Ambos os aspectos especificam, portanto, o alcance e abrangência das demandas populares por educação estudadas aqui.

## **CAPÍTULO 1 - O ESTUDO DA DEMANDA POPULAR POR ESCOLA**

Ao contrário do que a grande quantidade de análises sobre as reformas da educação pública na passagem do século XIX para o século XX sugere, os esforços para ampliar o atendimento escolar não foram monopólio do Estado. Principalmente as reflexões de Dermartini (1989), Souza (1998) e Hilsdorf (2003) auxiliam na compreensão dos processos de expansão escolar a partir de uma perspectiva que considera a demanda popular por educação um fator relevante para a compreensão do período.

Assim, o objetivo deste capítulo é apresentar uma perspectiva de análise da demanda popular por escola e educação a partir das conclusões de pesquisa apresentadas por Dermartini, Souza e Hilsdorf. Nesse sentido, inicialmente, a análise detém-se no entendimento de Dermartini (1989) e Souza (1998) acerca da existência de demanda popular por escolas entre 1890 e 1920. Revisa, portanto, seus argumentos e considerações acerca do tema, apontando para os aspectos que fazem dos anos iniciais da república um período, senão de aparecimento, ao menos de consolidação de um fenômeno social importante na história da participação popular e do exercício da cidadania.

Depois, procura-se matizar os aspectos apontados pelas análises de Dermartini e Souza, distinguindo os meios diretos e indiretos das demandas populares. Neste capítulo, serão tratados dos meios indiretos, considerando que a expansão escolar conduzida pelo poder público e suplementada pela iniciativa de particulares afirmam que a procura por escolas era uma prática presente entre a população. As diferentes características político-ideológicas destas iniciativas também são nuances que este capítulo pretendeu explorar. Neste ponto específico, as análises de Hilsdorf (2003) reiteram as conclusões de Dermartini e Souza e contribuem para matizar os principais aspectos que se procurou destacar aqui.

### **1.1- O interesse da população pela escola**

Em seus estudos sobre a educação rural em São Paulo, Zeila Demartini (1989, p. 44) já expunha com precisão o principal aspecto da questão dos estudos sobre a demanda popular por escola quando critica o fato da escolarização ser “sempre vista como uma imposição das camadas elevadas ou mais cultas à população em geral”. Em contraposição às análises de Romanelli (1978) e Costa (1983), Demartini (1989, p. 47), com propriedade, indagava:

(...) o período republicano corresponderia a um esforço dos republicanos paulistas — de uma elite — em disseminar a instrução primária em um meio inculto e rude, que não a demandava, ou, ao contrário, representou um período em que as demandas reprimidas puderam se tornar claras e efetivas, tendo sido canalizadas pelas elites políticas e partidos?

Com o intuito de chamar a atenção para a existência de uma demanda por escola que foi canalizada pelas elites e partidos políticos, Demartini (1989, p. 51-52) mostrou o papel e a importância da escola na política coronelística no primeiro período republicano:

No Estado de São Paulo, até o final do Império, o sistema educacional era muito pouco difundido, especialmente no interior. A escola, neste período, talvez não figurasse com frequência no rol de favores que eram demandados aos coronéis — ela era uma instituição, senão inexistente, pelo menos desprestigiada no esquema da política do Império; poderia até existir uma demanda por escolarização — e de fato existia — mas não teria havido condições para que estas demandas se explicassem e se tornassem efetivas, como passa a ocorrer durante a 1ª República. Isto é, não adiantaria os coronéis colocarem a criação e manutenção das escolas no rol dos favores possíveis, se a nível mais amplo esta possibilidade não era viável, não havia verbas destinadas para tanto. A educação de amplos setores da população, entretanto, que figurava como um dos pontos fundamentais do ideário republicano, vai com a instalação da República, receber um estímulo forte, e efetivamente novas e muitas escolas começam a ser criadas. Surge, assim, a possibilidade de a escola ser demandada, e então incluída no rol dos favores possíveis, de um lado; de outro, ela vai surgindo como uma das instituições republicanas novas, que, de modo semelhante às demais que vão se instalando pelo interior, poderiam ser estrategicamente controladas pelo poder coronelístico.

Dessa forma, é central ao argumento de Demartini o fato de a procura por escola ter sido canalizada por muitos fazendeiros do interior de São Paulo. Por um lado, identifica a própria criação de escolas nas propriedades rurais, nas fazendas, como chamariz na arregimentação ou fixação dos colonos. Por outro lado, Demartini identifica na percepção e na manipulação da demanda por escolas pelo chefe político local uma evidência sólida da existência desse pleito por parte dos eleitores. Isso indica que as necessidades educacionais da população não eram apenas percebidas, mas também usadas como ferramenta política pelos líderes locais. Eles reconheciam que a demanda por educação podia ser uma maneira eficaz de consolidar seu apoio político e expandir seu controle na esfera local.

Assim, Demartini (1989, p. 61) avança em seu argumento, demonstrando que a “influência” dos chamados “coronéis” não se limitava apenas à criação e ao destino das escolas em suas propriedades. Esses líderes políticos desempenhavam um papel significativo na articulação e gestão das instituições educacionais localizadas em suas áreas de domínio. Eles viam a educação não apenas como um instrumento de progresso social, mas também como uma

ferramenta estratégica para fortalecer suas posições políticas e ampliar seu controle sobre a comunidade local:

Através das regras do jogo político mais amplo e de suas alianças eles acabavam influenciando o funcionamento do sistema educacional em regiões às vezes muito distantes das suas. Este fato ocorria não tanto quando tentavam atender às demandas mais gerais de seu eleitorado, mas a eleitores específicos: é o que se verifica nos relatos dos professores, de quase todos eles, sobre a forma como conseguiam escolas para lecionar, ou como se removiam de um local para outro.

Além dos argumentos de Demartini em favor da existência de uma demanda popular por escolas no início do período republicano, as pesquisas de Rosa Fátima de Souza (1998) sobre a educação popular em Campinas acrescentam outras dimensões relevantes a essa discussão.

Com o propósito de lançar luz sobre o processo de escolarização das classes populares, Souza (1998, p. 19) empreendeu a tarefa de "captar as demandas, pressões e reivindicações populares por educação, bem como as motivações e contradições que circundaram o processo de escolarização dessas classes sociais". Seu trabalho analítico não apenas reconhece o quadro de expansão escolar no Estado de São Paulo, mas também o interpreta de maneira semelhante à abordagem de Demartini. Souza (1998, p. 50) igualmente destaca que "as demandas populares desempenharam um papel relevante no jogo político em torno da educação, embora tenham passado muitas vezes despercebidas". As evidências reunidas para esta análise, embora escassas e indiretas, corroboram essa visão.

Em seu estudo, Souza (1998) identifica três elementos que contrapõem as narrativas que argumentavam sobre o desinteresse da população em relação à escola. O primeiro elemento diz respeito à falta de vagas. Conforme explicado por Souza (1998, p. 50): "no momento em que a escola se torna uma realidade tangível para a população, ela gera uma necessidade". Nos relatos reunidos por Souza, é possível perceber a dificuldade de estabelecer a obrigatoriedade escolar, justamente devido à impossibilidade de atender a toda demanda. Um exemplo disso é o testemunho do Diretor Geral da Instrução Pública, Dr. João Chrysostomo que, em 1914, chegou a afirmar que a introdução de turnos escolares havia resolvido o problema da falta de vagas pelo governo. Ele via essa questão se agravando ano após ano (SOUZA, 1998, p. 51).

A Diretoria Geral de Ensino prospectava em seus Anuários, até 1916, o número de escolas que precisavam ser providas para a necessidade de educação primária de todas as cidades do Estado. Os políticos de Campinas também manifestaram essa questão, em documentos oficiais como os Relatórios do Prefeito enviados à Câmara e os Livros de Leis,

Resoluções e Decretos, onde os Intendentes Municipais com frequência citavam a falta de vagas ao descreverem a situação escolar do município naquele período.

Assim, alinhados às fontes oficiais, os estudos de Souza adicionam uma perspectiva valiosa à compreensão da demanda popular por educação, destacando que a falta de vagas e a crescente necessidade de acesso à educação refutam a noção de que havia um desinteresse da população em relação à escola. Isso ainda reforça a ideia de que a demanda por educação era uma realidade presente e crescente, desempenhando um papel fundamental no desenvolvimento do sistema educacional nesse período. O entendimento de Souza (1998, p. 52) acerca da repercussão para a expansão do ensino naquele período recupera o argumento de Demartini sobre a questão:

A demanda repercutia como forma de pressão aos poderes públicos. Denotava explicitamente a discrepância entre os projetos (compromissos) assumidos pelo Estado e suas ações. No entanto, a ressonância desta procura pela vaga era canalizada pela interferência da política local que tornou-se grande mediadora entre as reivindicações populares pela educação e o Estado. A prática do clientelismo político, característica da cultura política desse período, institucionalizava, de certa forma, a percepção de que a educação, sendo dever do Estado, deveria ser negociada no âmbito das elites no poder.

Depois, os números da expansão do ensino são utilizados para explorar as razões da incapacidade do Estado em oferecer escolas em número e qualidade adequada para todos. Funcionavam em todo Estado diversos tipos de escolas públicas estabelecidas em diferentes zonas, que expressavam essa incapacidade do Estado, seja por representarem um ensino primário estritamente alfabetizante — com uma organização modesta no caso das escolas isoladas<sup>2</sup> —, ou os Grupos Escolares (GEs), por terem um custo mais alto do que o Estado destinava para sua implementação<sup>3</sup>.

Assim, inversamente, também se pode perceber no grande número de escolas estrangeiras, de escolas mantidas pelo movimento operário e de escolas particulares que atendiam crianças filhas de trabalhadores uma propensão ao atendimento do excedente das vagas oferecidas no sistema de educação público. Souza sublinha, assim, que tanto a procura por vagas nesses outros tipos de escolas pela população, quanto a abertura de escolas por parte dos professores para complementar seus ganhos, circunscrevem um cenário que atesta a demanda por escolas.

---

<sup>2</sup> Ver: Souza, 2016;

<sup>3</sup> Ver: Souza, 2004.

O terceiro aspecto são as solicitações da própria população por escolas. Souza detém-se nas solicitações encaminhadas pela população às autoridades para corroborar as evidências reunidas por Demartini acerca das demandas populares por escolas. A sua busca por compreender a perspectiva das classes populares priorizou a análise das publicações do jornal ‘Diário do Povo’ da década de 1920. Mas também analisou as correspondências enviadas pela população à Câmara Municipal de Campinas, de modo a organizar um material fundamental para novos estudos em História da Educação Pública em Campinas, e ‘fontes privilegiadas’ dos relatos orais de estudantes e professores da época, ressaltando que “[...] a população lutou pela escola de múltiplas formas, algumas delas subterrâneas e menos evidente nos registros históricos” (SOUZA, 1998, p.27).

## **1.2- A expansão do ensino e a questão ideológica**

Reunindo os argumentos apresentados por Demartini e Souza até este ponto, verifica-se a existência da demanda popular por escolas, seja por meio de abordagens indiretas ou diretas. No que diz respeito ao primeiro tipo de demanda, foram encontrados vestígios coletados a partir da análise dos discursos oficiais e do significativo aumento no número de escolas, particularmente aquelas estabelecidas pelas autoridades públicas, especialmente aquelas atreladas à esfera governamental estadual. As políticas educacionais implementadas pelo Governo do Estado de São Paulo durante o período compreendido entre 1893<sup>4</sup> e 1920<sup>5</sup> refletem um compromisso sólido com a expansão do ensino primário, conforme indicado pelo crescimento no número de escolas, matrículas e disponibilidade de vagas (SOUZA, 1998). Cidades de grande relevância para o Estado, como Campinas, desempenharam um papel fundamental entre final do século XIX e início do século XX no que diz respeito aos esforços para promover esse crescimento no sistema educacional.

Quanto ao segundo tipo de demanda, é necessário destacar os abaixo-assinados e as correspondências produzidas diretamente pela população. Em algumas situações, essas demandas eram divulgadas na imprensa; em outros casos, esses materiais eram encontrados apenas nos arquivos municipais. Os vestígios relativos às reivindicações mais diretas da

---

<sup>4</sup> Regulamento da Instrução Pública aprovado pelo Decreto n. °218, de 27 de novembro de 1893.

<sup>5</sup> Reforma da Instrução Pública do Estado, Lei n.º 1.750 de 8 de dezembro de 1920.

população por escolas oferecem pistas essenciais para a compreensão da demanda ao evidenciar as solicitações de acesso à educação.

Portanto, a conjugação dessas duas formas de demandas — as políticas de expansão do governo estadual e as manifestações diretas da população — ressalta a diversificada busca por educação que caracterizou esse período histórico. O compromisso com a ampliação do acesso à educação primária por parte das autoridades, em conjunto com as manifestações públicas da população em busca de escolas, ilustra a complexidade e a amplitude dessa demanda popular por educação, enfatizando seu papel central na construção do sistema educacional da época.

Central ao argumento de Souza, o entendimento de que as ações dos Poderes Públicos, tanto federais, quanto estaduais e municipais, ofereceram um tipo de escola popular que permitiu a construção de uma cultura de acesso. Conforme explica Souza (1998, p. 51):

Na falta de vagas é possível entrever a demanda popular pela escola. E esta demanda coincide com o momento em que a escola passa a ter existência concreta no meio popular, pois, o que gera a demanda é a falta de algo sentido como carência, uma necessidade.

Ainda que predominantemente investigadas à contrapelo da falta de vagas, seja em estatísticas e documentos oficiais diversos, seja por meio das solicitações diretas da população, a demanda popular por educação apresenta matizes que os estudos consideram relevantes destacar. Tanto Demartini quanto Souza veem na mediação política local um fator que indica esse tipo de demanda por parte da população. A criação de vagas ou a construção de escolas eram iniciativas que geravam dividendos políticos. Tanto os coronéis, quanto os diversos operadores políticos do Partido Republicano, perceberam na manipulação do acesso à escola uma estratégia de arregimentação eleitoral significativa. Conforme explica Demartini (1989, p.61):

Tornar a escola “sua”, durante este período, era para o coronel poder mantê-la onde bem entendesse, mesmo em locais em que não havia crianças em número suficiente, em detrimento de outros mais necessitados, e ainda colocar para lecionar pessoas de sua família ou de seus vínculos políticos.

Já a investigação de Souza (1998, p. 53) permite acrescentar que:

(...) a política local muito contribuiu para a expansão do ensino, uma vez que o chefe político, diante das reivindicações pela escola, empenhava-se em criá-las e em contrapartida obtinha o apoio eleitoral da população.

Ambas as análises enfatizam o afastamento do Governo do Estado das questões práticas que envolveram o acesso das classes populares à escola. Concretamente, as ações de

provimento de escolas e até mesmo, como as fontes de Demartini (1985) detalham, a nomeação de professores nas zonas populares e rurais era exposta às interferências do poder político local e dos partidos políticos, abrindo espaço para a ocorrência de fraudes em relação à frequência dos alunos e à quantidade de crianças estabelecidas no local que, por sua vez, servia de justificativa para criação e manutenção de escolas rurais em bairros e vilas.

Há ainda um aspecto programático decorrente da manutenção de escolas populares por parte da Igreja, da Maçonaria, de associações sociais e dos sindicatos ou partidos operários que também importa revelar. Passando em revista sua atuação em Campinas, Souza (1998, p. 164-168), identifica escolas organizadas como parte da obra assistencial e caritativa da Igreja, das estratégias de atenção à população negra, das iniciativas de apoio aos trabalhadores e do programa de luta das classes operárias. A variedade destas iniciativas não só indica uma demanda por escolas que o poder público não atendia, mas também de forças políticas que atuavam na educação popular, disputando espaço e matrizes no modelo educacional.

Hilsdorf contribui para a discussão realizada por Souza, analisando os termos em que a questão educacional foi tratada pelos trabalhadores. Segundo a autora, “nas reivindicações destes, a educação escolar precisava estar acompanhada de transformações materiais, distribuição de riquezas, justiça e igualdade, pontos que não constavam na agenda republicana” (HILSDORF, 2003, p. 71).

Hilsdorf também distingue as propostas presentes nas diferentes formas de organização dos trabalhadores. Avalia que os socialistas se aproximavam dos liberais-republicanos com a diferença que “tinham em vista possibilitar a educação politizante do trabalhador em todos os espaços”, enquanto os libertários organizavam as próprias escolas “com uma linha pedagógica muito clara, que combina os princípios da escola moderna ou racionalista de F. Ferrer e da educação integral, de Robin.” (HILSDORF, 2003, p. 74). De modo que, conclui Hilsdorf (2003, p. 77), “as divergências sobre os modelos de escola adotados pelos trabalhadores e sobre a prática do processo de escolarização da sociedade brasileira passam, portanto, pelas diferentes visões que o movimento tinha do processo revolucionário”<sup>6</sup>.

De muitos modos, os elementos já reunidos pela historiografia a respeito da demanda popular por escolas apontam para o fato de a escola simbolizar *status* para os indivíduos das classes populares, materializando-se em um instrumento de ascensão social para os filhos dos pobres. Nesse sentido, os vários tipos de iniciativa e as muitas práticas de organização de

---

<sup>6</sup> Ver também ‘Vozes dissonantes’ no Capítulo 1- Os projetos de Educação Popular, em: Souza (1998, p. 42-48).

escolas populares não só confirmam os argumentos de Demartini e Souza como também abrem para a possibilidade de aprofundamento das questões que suas pesquisas levantam.

De fato, compreender a expansão escolar em São Paulo da perspectiva da demanda da população por educação, como propõe Souza e Demartini, modifica aspectos relevantes de interpretação da história da organização do sistema público de ensino do estado. Investigar os esforços da população para a criação de escolas e vagas ou para o melhoramento das condições de ensino beneficiou a análise histórica da educação com a compreensão de que, entre 1893 e 1920, uma parte importante do processo de expansão escolar paulista foi uma resposta às demandas da população. Essa abordagem, defendida por Demartini, Souza e Hilsdorf será também explorada no próximo capítulo. Tendo em vista a compreensão das condições que favoreceram o aparecimento de expectativas de acesso à escola na população, revisita-se o caso de Campinas estudado por Souza para tratar do papel da autoridade pública nesse processo.

## CAPÍTULO 2 – ASPECTOS DA INSTRUÇÃO PÚBLICA EM CAMPINAS

Demartini e Souza indicam que, entre 1893 e 1920, as políticas educacionais do Governo de São Paulo se concentraram na expansão do ensino primário. Essas iniciativas visavam aumentar o número de escolas, matrículas e vagas. Como também mostraram essas autoras, tratava-se de um esforço não apenas do governo do estado, mas também dos municípios. Cidades importantes, como Campinas, com um dos três maiores orçamentos, era, tanto na província, como para o Estado São Paulo, uma cidade relevante.

Na República, os municípios ganharam certa autonomia em seu orçamento em relação ao período do Império, a municipalidade, que já se destacava na escolarização no final do século XIX, contribuiu em favor desse crescimento. Dr. Heitor Teixeira Penteado, Prefeito de Campinas, no relatório de serviços prestados em 1916, encaminhado à Câmara Municipal, em sessão de 3 de março de 1917, por exemplo, dizia que:

Durante todo triênio, a Camara manteve as escolas municipais, criadas em épocas diversas, com o intuito de auxiliar o benemérito Governo do Estado na grande obra de vulgarização do ensino. E é justo consignar que, neste trabalho de colaboração com o Estado, poucas municipalidades têm feito tanto como a nossa (PENTEADO, 1917).

Entretanto, como se pode ver na afirmação do prefeito, as atribuições do município em relação às questões escolares eram apenas de auxílio e colaboração. A Instrução Pública era responsabilidade do Estado. A Câmara Municipal tinha ações educacionais, como prover e manter escolas municipais e ceder prédios para aquelas mantidas pelo governo estadual. Ainda, organizava o recenseamento e inspeção escolar, isentava impostos de algumas escolas particulares e disponibilizava verbas para festas. Essas ações complementavam aquelas promovidas pelo Governo do Estado e reforçavam os laços de dependência com o partido<sup>7</sup>.

A divisão do poder público entre as ações do Estado e do município era complexa por conta da consolidação do Partido Republicano Paulista. Analisada desde o município, a expansão escolar verificada em Campinas reúne várias iniciativas que articulam os poderes estadual e municipal. Desse modo, busca-se, nesta dissertação, reunir e analisar os elementos indiretos de demanda indicados no capítulo anterior, tendo a cidade de Campinas como foco. Quando investigadas as formas pelas quais essa demanda por escolas por parte da população

---

<sup>7</sup> Essa relação Estado-Município, pode ser analisada na série de correspondências recebidas da Diretoria Geral de Instrução Pública e da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, no Arquivo Municipal de Campinas (1893-1930).

acontece, a discussão recai sobre a seguinte questão: esses pedidos seriam fundamentados em um fenômeno consciente de reivindicações por direito, suposto direito ou de forma involuntária?

Primeiramente, atenta-se para as taxas de escolarização, como indicado no Anuário do Ensino do Estado de São Paulo (1907–1936) e na seção de Instrução Pública dos Almanques de Campinas (AMARAL, 1899; LADEIRA; OLIVEIRA, 1907; OLIVEIRA; MELILLO, 1912 e OLIVEIRA; MELILLO, 1914), complementadas pelos registros de Leis e Decretos e pelos relatórios de atividades encaminhadas à Câmara Municipal de Campinas —ambos elaborados entre os anos de 1893 e 1920. Buscando entender quais evidências a seleção das variáveis procura destacar a partir da observação da rede de escolas que operou em Campinas entre 1900 e 1920, o objetivo é examinar a declaração de Souza sobre o papel do governo em promover uma cultura de acessibilidade escolar por meio do aumento da oferta de escolas e o funcionamento da Instrução Pública do município até a implementação da Reforma de Ensino de 1920.

## **2.1- As estatísticas de movimento da população escolar**

Segundo as estatísticas da Diretoria Geral de Instrução Pública, os encarregados pelos assuntos da educação do Estado nesse órgão eram os inspetores gerais e inspetores escolares. Eram eles que, por meio de relatórios, remetiam as informações necessárias à Diretoria Geral de Instrução Pública para que fossem produzidos os Anuários de Ensino. Nos relatórios então encaminhados, os inspetores de ensino ordenavam a frequência dos alunos e dos professores, as informações sobre as unidades escolares e suas despesas, entre outros dados estatísticos da educação. Parte dessas informações os inspetores recebiam dos professores, por ofícios, pelo mapa de movimentação escolar<sup>8</sup>, ou da direção dos estabelecimentos educacionais, como também recolhiam nas visitas que faziam às instituições, por intermédio da Câmara Municipal.

Os registros que indicam o número de crianças matriculadas nas escolas de Campinas podem ser encontrados nos Relatórios dos Prefeitos e nos Almanques da Cidade publicados esporadicamente até mesmo em período anterior ao aqui estudado — apesar de colhidas, essas estatísticas não foram compiladas de maneira regular nesta pesquisa. Segundo os registros

---

<sup>8</sup> Os ofícios eram as cartas dos professores que serão analisadas no capítulo seguinte; o mapa de movimentação escolar no Anexo 1.

oficiais da Câmara Municipal de Campinas, o processo de recenseamento escolar acontecera apenas com a publicação da Lei nº 128 de 1908, pelo então Prefeito Orosimbo Maia, que indicava sua direção aos Prefeitos da sede, e subprefeitos nos distritos, contando com o auxílio de outros órgãos públicos, como os juízes de paz, escrivães e a polícia. O processo reuniria o número total de crianças em idade escolar (entre 6 e 14 anos), colhendo seus nomes, datas de nascimento, nomes dos responsáveis e a quantidade de anos de escolarização (CAMPINAS, 1908).

Os dados do recenseamento no ano da publicação da lei foram publicados no Anuário de Ensino do Estado de São Paulo de 1908, ano subsequente à publicação da lei. As estatísticas sobre educação trazidos nos Almanques de Campinas coincidem com os obtidos nesse processo, e, apesar de encontrar outras publicações oficiais dos prefeitos destinando a verba necessária para realizar esse trabalho, não foi possível obter esses números em outro registro a não ser os relatórios com a demanda geral do Estado em seus respectivos relatórios.

#### 2.1.1- Anuários de Ensino do Estado

A partir de 1907, a produção dos Anuários de Ensino do Estado de São Paulo teve como objetivo a compilação desses dos dados acima listados visando fornecer um diagnóstico público da “realidade escolar” da capital e das cidades do interior, "uma vista de conjunto". De acordo com o primeiro deles, os anuários abriram espaço para a “estatística escolar do Estado, trataram de metodologia e processos didáticos, além de compreender trabalhos de natureza diversa, e assumptos de colaboração e interesse para a educação popular" (SÃO PAULO, 1907-1908).

Embora utilizados na busca de dados estatísticos sobre a educação pública em Campinas, entende-se que com a produção e circulação dos anuários foram estabelecidas lógicas específicas de organização do espaço profissional dos educadores (CATANI, 1995). Trata-se de um documento que o Estado produzia para sua própria utilização, apontando para uma investigação em que suas informações representavam um sistema de fiscalização, cuja análise possibilita o acesso a uma visão oficial, do que seria a realidade escolar para o estado.

Os inspetores, responsáveis pela fiscalização de escolas particulares subvencionadas, grupos escolares (GE) e escolas públicas de Campinas, deixaram nos documentos conclusões otimistas. A situação escolar do município se alinha com as resoluções e reformas apresentadas em cada Anuário. Como se pode perceber na fala do Inspetor Escolar Aristides de Macedo, em 1908:

Devo consignar que, associando-se aos patrióticos esforços do Governo na disseminação do ensino, o município de Campinas apresenta, no Estado, o maior número de escolas municipais. Tendo instalado dezesseis escolas em condições regulares, despense sua municipalidade com esse serviço 48:000\$000 anualmente. Pôde-se calcular em cinco mil o número de crianças que recebem instrução em todas as escolas estaduais, municipais e particulares, de Campinas (SÃO PAULO, 1908-1909; p.103).

De fato, a compilação dos dados referentes à Campinas no período em que o Anuário foi publicado pela Diretoria Geral de Instrução Pública demonstra um extraordinário quantitativo da oferta, mas que evoluiu em um ritmo lento se comparada à expansão que exigia as demandas da população. Importante ressaltar que apesar de não ser seu objetivo central, os Anuários abrem “grande espaço a estatística escolar do Estado” (SÃO PAULO, 1908-1909, p.06). A tabela 1, a seguir, organiza os dados estatísticos da população e estabelecimentos escolares de Campinas, disponibilizados na seção de ‘Anexos’ dos Anuários de todos os anos entre o período de 1908 a 1916.

**Tabela 1** - Estatística escolar do Município de Campinas, 1908 a 1916.

Variáveis	Anuários						
	1908-1909	1910- 1911	1911-1912	1913	1914	1915	1916
<b>População Geral</b>	83050	90950	91900	94000	96000	98280	100562
<b>População em idade escolar</b>	11864	12992	13120	13420	13714	14040	14366
<b>População das escolas públicas estaduais</b>	2098	2986	4358	4810	5414	5883	4420
<b>População das escolas públicas municipais</b>	741	824	836	-	834	-	-
<b>População escolar dos estabelecimentos particulares</b>	2500	2466	3838	1823	1618	1618	1618
<b>População escolar que não recebe instrução</b>	6525	6716	4090	6787	5848	5705	8328
<b>Porcentagem da população que frequenta escolas</b>	45	48,3	68,8	49,4	57,3	53,3	42
<b>Porcentagem da população sem escolas</b>	55	51,7	31,2	50,6	42,7	46,7	58
<b>Escolas Estaduais providas - isoladas</b>	35	38	47	54	70	77	81
<b>Escolas Estaduais providas – Reunidas ou em Grupos</b>	20	37	38	36	46	46	42
<b>Total</b>	55	75	85	90	116	123	128
<b>Escola a prover-se para as necessidades</b>	65	-	90	15	129	114	166
<b>Número de escolas vagas</b>	-	-	20	-	-	-	-

Fonte: Anuários do Ensino do Estado de São Paulo, 1907-1916; dados reunidos pelo autor.

Observa-se, com a análise da tabela, um crescimento consistente da população geral ao longo desse período, começando com 83.050 indivíduos no biênio 1908-1909 e chegando a 100.562 indivíduos em 1916. Similarmente, a população em idade escolar também apresentou um aumento, embora em um ritmo um pouco mais lento. Circunstância esta que evidencia o aumento significativo da população das escolas públicas estaduais. Para esses estabelecimentos as matrículas sobem de 2.098 entre os anos de 1908 e 1909 para 5.883 em 1915, seguido por

uma diminuição para 4.420 em 1916, e apresentando um crescimento mais significativo entre 1911 e 1912, elevando também a porcentagem da população que frequenta escola, atingindo um pico de 68,8% nesse período, que se relaciona com a instauração do 3º Grupo Escolar.

Apesar disso, observando-se o período completo, é possível perceber que, de 1908 a 1916, ocorre uma variação, terminando o período em uma porcentagem menor do que a inicial, em 42%. Conseqüentemente, quanto à população escolar que não recebe instrução, nota-se também uma flutuação ao longo dos anos, chegando ao ano de 1916 com um número maior do que aquele encontrado inicialmente.

Destaca-se, ainda, a projeção de escolas que se pretendia prover em número necessário. Conforme aponta Catani (1995, p.27): “o conteúdo dos Anuários deve apresentar-se como guia para interpretação da realidade educacional ao hierarquizar os problemas e excelências que merecem ser notados”. Visto isso, aquilo que o estado pretende evidenciar com a seleção desses dados entre o período de 1908 a 1916, é o esforço no provimento de escolas para atender a uma população que está em crescimento.

É necessário considerar, portanto, que há uma fase de estagnação no projeto de expansão do número de escolas para atender à necessidade da população em idade escolar. Independente do retrato positivo de acesso à escola que havia Campinas, se comparada com outros municípios, o aumento do número de escolas estaduais providas ao longo do período, passando de 55 entre 1908 e 1909 para um pico de 123 escolas em 1915 e acrescidas três escolas em 1916, elas não eram suficientes para atender a toda demanda existente.

Os Anuários também distinguem as escolas públicas em ‘isoladas’ e ‘em reunidas ou grupos’. Sendo que as escolas isoladas representaram um crescimento maior: de 35 escolas em 1908 para 81 em 1916. Mesmo que o número de escolas não represente um número maior de crianças matriculadas, visto que cada escola isolada representava apenas uma classe autônoma, as reformas de ensino do Estado de São Paulo no início do século XX já indicavam uma reelaboração da sua existência para dar lugar aos grupos escolares. Por considerar este último estabelecimento moderno e de melhor qualidade e que proporcionava uma organização pedagógica racionalizada e melhores condições para o ensino, o Regulamento de Ensino do Estado, de 1904, indica que:

Artigo 7º. - Quando se tratar da criação de um destes estabelecimentos em localidade onde funcionarem escolas isoladas, o Governo organizará o grupo com a reunião dessas escolas, as quais serão eliminadas do quadro geral, sendo os respectivos professores aproveitados no próprio grupo escolar, se estiverem nas condições legais, ou nomeados para outras escolas de igual categoria àquelas em que tinham exercício (SÃO PAULO, 1904).

O que é apresentado no cenário da educação primária do Estado no início do século XX são problemas como precariedade material e dificuldades na organização pedagógica, que não permitiu a instauração de grupos escolares suficientes para atendimento da população. E que, apesar das críticas e associações negativas com o atraso e a ineficácia, as escolas isoladas foram não só mantidas, mas cresceram em número na estrutura da instrução pública paulista devido à sua importância no atendimento à educação popular.

Denominadas também como ‘escolas preliminares’ ou ‘escolas de primeiras -letras’, considera-se que as escolas isoladas surgiram ainda no século XIX como uma modernização das escolas singulares do período do Brasil Império. Em sua versão republicana, houve uma mudança de denominação e da adoção do método intuitivo, mas era mantida sua organização com apenas um professor que ensinava alunos de diferentes níveis de adiantamento reunidos em uma mesma sala de aula. Conservaram uma organização pedagógica tradicional, que, apesar de mais presente no cotidiano da população, não transmitiam de maneira eficiente o saber elementar (SOUZA, 2016).

Em suma, tratava-se de casas de ensino, instaladas em edifícios simples, adequadas para zonas rurais e em bairros distantes das regiões centrais. Em Campinas, até 1920, elas estavam presentes em todo território, nos bairros populares próximos ao centro urbano e nos distritos. Eram destinadas para a população rural mais pobre e filhos de imigrantes e de operários. Seu único professor, geralmente com uma formação modesta, organizava sua escola de acordo com seu próprio critério e autonomia para atender as necessidades locais, ensinavam crianças de diferentes idades a ler, escrever e realizar contas simples (COSTA, 1983).

As escolas isoladas eram as que disponibilizavam à população um acesso facilitado à educação primária, considerando a forma simples com que elas se organizavam e por se estabelecerem tanto nos centros urbanos como nos bairros afastados, acarretando um fluxo de acesso e evasão bastante fluidos.

Ao analisar os dados da tabela 1 referente ao provimento das escolas estaduais, é preciso levar em conta dois pontos fundamentais. Primeiramente, que funcionaram até 1921 três grupos escolares em Campinas, sendo o terceiro criado em 1910 e contabilizado nos dados do anuário de 1911-1912. O restante representava escolas reunidas que seguiam os mesmos moldes das escolas isoladas, exceto pelo fato da junção de duas ou mais classes em um mesmo prédio<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> Nos Anuários de Ensino voltou a ser identificado, em 1920, essa união de escolas isoladas como escola reunida. Porém, atendendo ao plano do projeto de expansão no número de escolas proposto na reforma do ensino desse ano.

Por fim, o crescimento do número de escolas isoladas e reunidas está vinculado ao número de escolas suprimidas durante esses mesmos anos. Ao mesmo tempo em que novas escolas eram instaladas, outras eram suprimidas devido à evasão de alunos e falta de recursos para sua manutenção. Conforme demonstrado nos registros de leis, decretos e resoluções da Câmara, como por exemplo a Lei Municipal n° 197, de 4 de dezembro de 1913:

Art. 1º Fica suprimida a escola mixta do bairro da Boa Vista.

Art. 2º Fica creada uma escola mixta no bairro da Villa Industrial, nesta cidade [...] (CAMPINAS, 1913).

Determinado por um número — mesmo que inconstante — considerável de escolas isoladas, percebe-se a sua importância na Instrução Pública de Campinas. Ao criar uma dessas escolas em determinada localidade da cidade, apesar de um funcionamento ineficiente ao ensino primário, com número insuficiente de matrículas e promoção, alto índice de evasão, e supressão precoce, pôde, de alguma maneira, difundir a cultura de acesso à escola em indivíduos distante dos centros urbanos.

A presença desses dados nos Anuários pressupõe também certa preocupação, por parte da Diretoria Geral, em garantir que os registros e documentos relacionados também a essas escolas fossem completos e precisos, visto que seriam fundamentais para o aumento de sua eficiência e da qualidade do ensino.

Com a ausência da tabela de ‘Estatísticas escolares dos Municípios do interior do Estado’, na seção de ‘Anexos’, a Diretoria Geral de Instrução Pública, em 1917, classifica para o Governo do Estado um problema igual ou tão grande quanto a falta de escola: a eficiência da escola pública. Nos anuários datados entre 1917 e 1920, fez-se necessária a compilação apenas dos dados referentes a matrículas e ao rendimento escolar de Campinas, trazendo informações como: número geral e efetivo de matrícula, número de alunos alfabetizadas e analfabetos, brasileiros ou estrangeiros; quantos eram filhos de brasileiros e estrangeiros; quantos desses frequentavam as aulas; suas porcentagens de promoção e a quantidade total de matriculados que concluíram o curso — salientando que os números mais completos para estas variáveis são para os Grupos Escolares (GÊs) (Tabela 2 e Tabela 3):

**Tabela 2** - Estatística escolar do Município de Campinas, 1917 e 1918.

Ano	1917					1918				
	Grupos Escolares (3)	Isoladas (78)	Municipais (17)	Particulares	Noturnas (5)	Grupos Escolares (3)	Isoladas (84)	Municipais (17)	Particulares	Noturnas (5)
<b>Matrícula geral</b>	2146	2597	749	4473	207	2166	2626	749	2561	196
<b>Matrícula efetiva</b>	1659					1845	2626			
<b>Alfabetizados matriculados</b>						512				
<b>Brasileiros matriculados</b>						814				
<b>Estrangeiros matriculados</b>						52				
<b>Filhos de brasileiros</b>						1135				
<b>Filhos de estrangeiros</b>						1031				
<b>Frequência efetiva</b>	1548	2023				1619	2094			
<b>Porcentagem de Promoção</b>	55%					59,30%				
<b>Concluiu o curso</b>	131					65%				
<b>Despesas</b>			41:400\$					41:400\$		

Fonte: Anuários do Ensino do Estado de São Paulo, 1917-1922; dados reunidos pelo autor.

**Tabela 3** - Estatística escolar do Município de Campinas, 1919 e 1920/1921.

Ano	1919					1920/1921*		
	Grupos Escolares (3)	Isoladas (74)	Reunida (1)	Particulares	Noturnas	Grupos Escolares (3)	Isoladas (37)	Reunidas (17)
<b>Matrícula geral</b>	2185	2415	181	3719	282	2295	1350	6390
<b>Matrícula efetiva</b>	1700	2311	142			1769		
<b>Alfabetizados matriculados</b>	568					342		1199
<b>Brasileiros matriculados</b>	2141					699	562	3342
<b>Estrangeiros matriculados</b>	44					1939		
<b>Filhos de brasileiros</b>	1293					96		
<b>Filhos de estrangeiros</b>	892					1234		
<b>Frequência efetiva</b>	1537	1901	133,9			794		
<b>Porcentagem de Promoção</b>	69,50%		67,60%			1481		
<b>Concluiu o curso</b>	67,60%		96			69%		

Fonte: Anuários do Ensino do Estado de São Paulo, 1917-1922; dados reunidos pelo autor.

Nas tabelas 2 e 3, observa-se que, entre 1917 e 1920, as escolas estaduais (grupos escolares e isoladas) tinham a maior quota de matrículas, em comparação às escolas municipais, particulares e noturnas. A apresentação dos dados separados por tipo de escola confirma que os Grupos Escolares (GEs) possuíam um número maior de matrículas gerais em comparação às escolas isoladas.

Todavia, o que se mostra evidente é a lacuna significativa de dados para os outros tipos de estabelecimentos comparada com os GEs, com ausência de informações sobre matrícula efetiva, alfabetizados matriculados, brasileiros matriculados, estrangeiros matriculados, filhos de brasileiros, filhos de estrangeiros e frequência efetiva. Essas faltas limitam a análise completa dessas escolas e comprova a preferência da Diretoria Geral dada ao provimento dos GEs, que é evidente também nos pareceres dos Anuários, repetido de diversas formas em seus relatórios gerais:

São os grupos escolares, inquestionavelmente, o melhor tipo de escola graduada primária. Tendo uma perfeita divisão de trabalho, com as classes homogêneas quanto ao preparo e idade do aluno, pôde o ensino ser ministrado nesses estabelecimentos com os mais profícuos resultados. (SÃO PAULO, 1909-1910).

Durante toda o período republicano, esses estabelecimentos escolares foram reconhecidos pela sociedade como instituição social importante, sobretudo no início do século XX. Levando em conta os pontos estratégicos que os republicanos estabeleceram para instrução pública, a maneira como se apresentaram os grupos para a sociedade provocou uma resposta positiva do anseio popular por ensino. Antes de dedicar um estudo específico em ‘Templos de Civilização: A Implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)’<sup>10</sup>, Souza (1998) já teria questionado se os Grupos consistiam em uma escola que atendia as classes mais pobres, visto que para o início do século XX não era por ser pública que uma escola atendia majoritariamente crianças oriundas dessas classes. E, para Campinas deste período, o que definiria um estabelecimento escolar que a população mais pobre poderia acessar seria localização de seu estabelecimento.

Souza (1998) analisa as fotos e os livros de matrículas dos grupos escolares, antes de conferir que, apesar de já no início do século XX elas serem frequentadas tanto por crianças providas das classes dominantes e filhos de trabalhadores, eles tinham sua “permanência tolhida”, o que pode ser conferido nos altos índices de reprovações e abandonos antes de

---

<sup>10</sup> Ver: Souza (2004)

concluírem o ensino primário. A preocupação por parte da Diretoria Geral com essa evasão é demonstrada pelas variáveis que são evidenciadas nos dados dos GEs.

No ano de 1917, de acordo com a tabela 2, os grupos escolares apresentavam a matrícula geral de 2146 alunos. A matrícula efetiva, que representa o número real de alunos frequentando as aulas, era de 1659. Isso indica uma diferença substancial, sugerindo problemas de frequência ou evasão escolar. A frequência efetiva era de 1548 alunos, e a porcentagem de promoção era de 55%. Em 1918, a matrícula geral aumentou ligeiramente para um total de 2166 alunos, assim como a matrícula efetiva, que subiu para 1845. A frequência efetiva também aumentou para 1619 e a porcentagem de promoção subiu para 59,3%.

Na tabela 3, vê que em 1919, a matrícula geral nos grupos escolares continuou a subir, alcançando 2185 alunos. A matrícula efetiva também aumentou para 1700 e a frequência efetiva foi de 1537. A porcentagem de promoção foi de 69,5%, um aumento significativo em relação ao ano anterior. No biênio de 1920-1921, a matrícula geral aumentou novamente, subindo para 2295 alunos. A matrícula efetiva foi de 1769. Mesmo não tendo os dados de frequência efetiva e de promoção definido para alguns anos, a diferença entre a matrícula geral e a matrícula efetiva sugere que a frequência e a retenção dos alunos podem ter sido um desafio.

Outra dificuldade está relacionada a fundação de um Grupo Escolar, que não se apresenta nas tabelas. Essa era a própria escolha do prédio, que apresentava impasses para sua criação no centro da cidade com condições inadequadas de funcionamento, era ainda mais inviável para os bairros distantes, nos quais se fazia necessária a adequação de prédios localizados em áreas em que os órgãos públicos não conseguiam prover e manter escolas com uma única sala de aula.

Para se expandir por toda cidade era necessário renunciar a determinadas normas de disposição, tanto administrativas quanto pedagógicas. Isso não significa que necessariamente os grupos escolares de Campinas eram destinados às crianças de classes mais abastadas e a população mais pobre recebia instrução precária, pois, ali, crianças de todas as classes sociais estudavam (SOUZA, 1999). Porém, a segregação pode ser apreendida com base na disposição espacial em que as escolas públicas de Campinas eram ofertadas, assim como pelos indicativos de retenção e frequência escolar.

Nos dados estatísticos das tabelas 2 e 3, esses problemas se manifestam na variável “matrícula efetiva”, ou seja, no número de alunos que frequentam de fato as aulas, que eram consideravelmente menor nas escolas públicas estaduais, que mostram, inclusive, as matrículas gerais aumentando. Ainda, os problemas se manifestam na porcentagem de promoção, que representa a proporção de alunos dos GEs que avança para o próximo ano letivo, que era de

55% em 1917, aumentando para 59,30% em 1918 e de 69,50% em 1919, para 67,60% no ano seguinte.

A análise das tabelas indica um aumento da matrícula geral em Campinas entre 1917 e 1921, com uma predominância de matrículas nos Grupos Escolares, que são os principais responsáveis por esse aumento. Eram eles, até 1921, três: GE Francisco Glicério, GE Dr. Quirino dos Santos e GE Artur Segurado, instalados, respectivamente, nos anos de 1897, 1900, 1910. Segundo resultado da pesquisa de Souza (1999), esses grupos escolares atenderam crianças de diversos grupos sociais que residiam no centro da cidade ou em bairros próximos, com índices altos de filhos de imigrantes. É importante notar que o número de alfabetizados matriculados caiu de 568 em 1919 para 342 em 1920 e 1921, enquanto o número de estrangeiros matriculados aumentou de 44 para 1939 no mesmo período.

Isto poderia indicar uma ampliação no acesso à escola. De 1897 a 1920, o número de matrículas geral cresceu com a instalação dessas escolas e de forma gradual foram se tornando cada vez mais populares, visto que também abrigavam crianças provenientes das classes dominantes<sup>11</sup>. E, superando, desde 1910 com a criação do 3º GE, a quantidade de matrículas das escolas isoladas, que também cresceu. Apesar de alguns impasses por parte do Poder Público Estadual e Municipal para a instalação de mais grupos escolares, inclusive em bairros populares, até 1920, seguindo o anseio da Diretoria Geral, eles receberam prioridade de provimento por parte do Governo durante a Reforma do Ensino de 1920.

A Reforma no Estado favoreceu o aumento no número de matrículas a partir de 1921 — e de um aumento ainda mais significativo em 1923 —, por meio de um projeto de atendimento a uma demanda já existente desde a implantação das escolas públicas. Com uma política estratégica de instalação de escolas reunidas e de investimentos na expansão de grupos escolares, o Estado oferecia à população estabelecimentos que dispunham de um número maior de salas de aula.

A primeira medida, ou seja, a reunião das escolas e ampliação do número de salas de aulas oferecidas, em Campinas, já apresentava resultados ao decorrer de 1921, mesmo com as dificuldades apresentadas pelo Diretor Geral de Instrução Pública, Prof. Guilherme Kuhlmann, que sinaliza: “promulgada e em vigor não tinha propriamente entrado em execução. Não estava regulamentada, as delegacias agiam sem a orientação de um regulamento, e a solução dos múltiplos problemas era retardada com prejuízo para o ensino e para as partes” (SÃO PAULO, 1920-1921).

---

<sup>11</sup> O termo ‘classes dominantes’ aqui, segue a categoria usada por Souza (1998) baseada na compreensão de elite nas cidades do interior de São Paulo neste período, em geral formada por proprietários rurais.

A expansão no número de vagas em Campinas é correspondente à criação do 4º Grupo Escolar de Campinas (GE Bento Quirino). Sendo o maior entre os outros três que já funcionavam, ele se estabeleceu também no centro da cidade onde recebia alunos desta região, porém, por estar próximo à Vila Industrial, permitiu o acesso de crianças que moravam nos bairros populares próximos que não dispunham de vagas suficientes (SOUZA, 1998).

Embora esses grupos escolares possam ser considerados modernos, eles ofereciam uma organização pedagógica mais prática, que permitiu uma estrutura de organização administrativa mais robusta que gerou uma melhor coleta e registro de dados. Já a ausência de dados em ambas as tabelas para as escolas isoladas, além de um desafio para a análise, essa falta de informações mostra a ineficácia dessas escolas em operar em termos de frequência, promoção e conclusão do curso. Ao mesmo tempo que dispunham de um acesso facilitado, ou o único, ao ensino primário de boa parte da população.

Para os moradores dos bairros populares, dos distritos e bairros com características rurais, a alternativa econômica para o Governo do Estado seria reunir as escolas isoladas estaduais em edifícios adequados para acomodar um número maior de alunos. As classes eram divididas por séries sob a responsabilidade de um professor e, conforme estratégia do Governo, atendiam muito bem os anseios do poder público para expansão da educação popular, uma vez que elas atendiam uma demanda existente na zona rural da cidade, e a qualidade do ensino, segundo as autoridades, obedecia parcialmente à necessidade da população à qual se destina a escola.

A única escola reunida presente na tabela 3, indicada no ano de 1919, pertence àquela que funcionou no distrito de Valinhos. Como se pode observar, ela possui uma média de frequência, promoção e conclusão de curso próxima a dos Grupos Escolares. Não foi possível obter esses dados das escolas reunidas após a efetivação da Reforma do Ensino de 1920. O que é disponibilizado pela Diretoria Geral do Ensino são os dados sobre matrículas, os bairros e os distritos que reuniram essas escolas: Bomfim, Cabras, Carioba, Carlos Gomes, Cosmópolis, Guanabara, Fundão, Hypodromo, Frontão, Joaquim Egydio, José Paulino, Nova Odessa, Palmeiras, Rebouças, Usina Esther, Vallinhos e Villa Industrial (bairros e distritos com características industriais e rurais, que abrigavam um número considerado de moradores). Existiam deliberações legislativas que versavam sobre concessões de um ensino primário com duração reduzida para as escolas reunidas, da mesma maneira como era feito nas escolas isoladas, localizadas nos bairros mais afastados do perímetro urbano<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> Lei Estadual nº 1.579, de 19 de dezembro de 1917. Estabelece diversas disposições sobre a instrução pública do Estado.

A tabela 4, a seguir, foi apresentada dessa maneira no Anuário de 1922, e compara a situação escolar das principais cidades de São Paulo entre os anos de 1920 e 1923, com a finalidade de demonstrar o êxito da Reforma Estadual do Ensino de 1920.

**Tabela 4** – Comparação da situação escolar de Campinas em 1920 e 1923.

1920		1923	
Grupos escolares	3	Grupos escolares	4
Escolas reunidas	2	Escolas reunidas	19
Escolas isoladas	76	Escolas isoladas	49
Unidades escolares	126	Unidades escolares	179
<b>Matrícula geral</b>	<b>4933</b>	<b>Matrícula geral</b>	<b>9268</b>

Fonte: Anuário do Ensino do Estado de São Paulo 1923.

Analisando a tabela 4, é possível constatar um progresso significativo na situação escolar de Campinas entre os anos de 1920 e 1923. É perceptível um aumento na quantidade de grupos escolares, de 3 para 4, um aumento significativo na proporção de escolas reunidas, de 2 para 19, enquanto a contagem de escolas isoladas diminuiu de 76 para 49.

Isso indica uma reestruturação da instrução pública, ou seja, a redução do número de escolas isoladas e o crescimento de grupos escolares e escolas reunidas. É uma mudança que sugere que as escolas reunidas poderiam propiciar um ambiente de aprendizado mais colaborativo, e assim, mais eficaz ao acesso. Além disso, o número total de unidades escolares aumentou de 126 em 1920 para 179 em 1923, um aumento de aproximadamente 42%. Esse crescimento indica uma expansão direta na infraestrutura educacional de Campinas durante esse período.

O dado mais expressivo é o crescimento de 88% de matrícula geral, que passou de 4933 em 1920 para 9268 em 1923. Este aumento substancial de matrícula geral sugere que parte da demanda da população em idade escolar foi atendida durante esse período, o que pode ser um indicativo do alcance da Reforma Estadual do Ensino de 1920.

No período posterior à Reforma, os Anuários de 1920-1921 e 1923 não fornecem dados de matrícula e frequência para escolas não seriadas (isoladas e reunidas). Eles oferecem apenas dados de matrículas de alfabetizados e brasileiros nas estatísticas de 1920. Isso impossibilita uma análise comparativa entre os diferentes tipos de estabelecimentos públicos. Outra carência dos Anuários é a inexistência da quantidade de inscrições nas escolas particulares, embora, apesar das falhas nas demais variáveis, o total de inscritos sempre esteve presente.

A estatística escolar de Campinas, selecionada pela Diretoria Geral de Instrução Pública e publicada nos Anuários entre 1908 e 1921, revela padrões e tendências. Esses dados indicam uma expansão lenta no acesso à educação primária. No entanto, na maior parte do período, havia números insuficientes de estabelecimentos para a demanda existente. A análise dessas estatísticas reafirma a circulação de um manual para os professores do estado, em um sistema de ensino que se encontrava em fases iniciais de organização enquanto buscava estratégias de expansão da instrução pública.

Diante disso, a diferença entre os dados apresentados até 1916; da estatística escolar de Campinas nos Anuários de 1917, 1918 e 1919; e no anuário de 1920-1921, sugere quais desafios foram priorizados pelo Governo de Estado em cada um desses momentos. Variando entre o aumento na estatística escolar pela expansão no número de escolas, a frequência e qualidade da educação, e a implementação da Reforma de Ensino de 1920, respectivamente.

No Anuário de 1917, o Diretor Geral Oscar Thompson apresenta pela primeira vez a discussão sobre o funcionamento dos GEs. Até 1916, tratado como o modelo a ser adotado nas escolas públicas, seus altos custos para implementação ganham força como temática abordada com a procura por vagas por parte das famílias mais ricas, que supõe a retirada de vagas das crianças oriundas da classe mais pobre.

A ausência de alguns dados para as escolas isoladas nos Anuários, também referentes às escolas municipais e particulares, impossibilita uma análise aprofundada. No entanto, a presença constante dessas escolas nas tabelas, assim como nas estatísticas anteriores a 1908, sugere seu papel relevante para o acesso da população campineira à escola. Pretende-se explorar outras fontes documentais na busca por mais informações sobre essas escolas para fornecer uma visão mais completa do cenário da Instrução Pública de Campinas.

### 2.1.2- Almanques da Cidade

Na abertura do Anuário de Ensino de 1907, o Diretor Geral de Ensino inferiu que o documento funcionaria como um diagnóstico da "realidade escolar" nas cidades do Estado de São Paulo. É inegável que seu conteúdo é crucial para a análise da educação pública de São Paulo, e, assim, representa a maior fonte de informação estatística escolar para o período. No entanto, pretende-se expandir a investigação considerando a análise de outros documentos produzidos por organismos locais que recolhiam dados desta natureza.

Os Almanques da Cidade de Campinas, por exemplo, foram publicados em 1900, 1908, 1912 e 1914 no intuito de informar, oferecendo a seus leitores, por meio de dados estatísticos,

uma perspectiva de como a educação era instituída e, sobretudo, uma visão da sociedade campineira da época sobre o tema na seção dedicada à Instrução Pública. Nessa seção, informava-se à população sobre o que estava sendo feito em relação à educação das crianças, construindo-se uma narrativa sobre a cidade, retratada como um "núcleo do saber" (OLIVEIRA; MELILLO, 1911).

O ‘A cidade de Campinas em 1900<sup>13</sup>’, organizado por Leopoldo Amaral, é um exemplo disso, pois informa sobre todas as escolas públicas em funcionamento naquele ano. As escolas são divididas em: Escolas Isoladas (33), Municipais (2) e Grupo Escolar (1). O Almanaque também destaca alguns estabelecimentos particulares de instrução, tornando-se o mais informativo dentre os selecionados aqui. Ele fornece a localização, o turno das classes, os profissionais responsáveis por cada escola e o número de matrículas por sexo. Como se pode observar na compilação dos dados das escolas isoladas de Campinas em 1900, na tabela 5:

**Tabela 5-** Escolas Isoladas de Campinas em 1900

<b>Distrito da Conceição</b>		
<b>Escola Femina da Conceição</b>	Profª D. Maria Volkart	35 alunas
<b>Escola Femina do Bairro do Fundão</b>	Profª D. Maria Ribas d'Avila	42 alunas
<b>Distrito de Santa Cruz</b>		
<b>Escola Masculina de Santa Cruz (diurna)</b>	Profº Adriano Boucault	32 alunos
<b>Escola Masculina de Santa Cruz (noturna)</b>	Profº Adriano Boucault	32 alunos
<b>Escola Feminina de Santa Cruz</b>	Profª Laurinda Ambrosina da Silva	93 alunas
<b>Escola Feminina do Taquaral</b>	Profª D. Benedicta de Castro	40 alunas
<b>Escola Masculina do Guanabara</b>	Profº Francisco Ribeiro	40 alunos
<b>Escola Feminina do Arraial dos Souzas</b>	Profª Laurinda Vieira de Escobar	30 alunas
<b>Escola Masculina do Arraial dos Souzas</b>	Profº João Brenn	42 alunos
<b>Escola Feminina de Valinhos</b>	Profª D. Amelia A. Ramos Martins	29 alunas
<b>Escola Feminina da Estação Joaquim Egydio</b>	Profª Mercêdes de Souza Costa	26 alunas
<b>Escola Masculina da Estação Joaquim Egydio</b>	Profº Manoel R. de Oliveira	33 alunos
<b>Escola Masculina de Capivary</b>	Profº José Antonio P. Borges	20 alunos

Fonte: A cidade de Campinas em 1900; dados compilados pelo autor.

O número total de escolas e matrículas não surpreende, dado o que foi projetado nas estatísticas de 1907. Sete anos antes, o número de matrículas em escolas isoladas era de 494. O levantamento desses dados indica o número de matrículas por gênero: 295 femininas e 199 masculinas. Em alguns locais não havia escolas para um determinado gênero. Por exemplo, no distrito da Conceição eram ausentes as escolas isoladas para meninos, sugerindo que esses

<sup>13</sup> A edição do ano seguinte intitulada “A cidade de Campinas em 1901” traz as mesmas informações sobre as escolas.

estudantes estavam matriculados no Grupo Escolar e na Escola Correa de Mello, em externatos de Campinas e em outras cidades, ou ainda não tinham acesso à educação primária. O mesmo ocorria com as meninas do Bairro Capivary, que não tinham escolas próximas. Essas suposições evidenciam a falta de acesso à escola e a presença de demandas particulares, considerando a improbabilidade de uma condição em que residam crianças de um sexo, e não de outro, e a necessidade de compreender a disposição dos bairros e distritos de Campinas, considerando as escolas primárias em cada zona.

De acordo com a organização feita no Almanaque de Campinas de 1900, e aquilo que foi apresentado nos Anuários de Ensino, as escolas isoladas eram instituições estaduais, mesmo que recebessem suporte da Câmara Municipal. É importante considerar que algumas dessas escolas apresentadas na tabela 5 reaparecem nos Almanaques seguintes e nos Relatórios que os Prefeitos enviavam à Câmara — nos mesmos bairros ou não, com uma média de matrículas próxima, e com o próprio professor responsável —, porém classificadas como escolas municipais. O regulamento da Instrução Pública em vigor no ano da publicação do Almanaque é a Lei nº 27 de 1893:

Art. 1. Ficam consideradas escolas municipaes todas as escolas publicas existentes no municipio, de conformidade com o art. 57 da lei n. 16, de 13 de Novembro de 1891 e 13 do Reg. n. 86 de 29, de Julho de 1892 letra d.

Art. 2. A camara municipal representará annualmente ao Congresso, afim de lhe ser dada uma subvenção proporcional ás despesas que o Estado faria com as escolas existentes e as que de futuro se crearem de accordo com a presente lei.

Art. 3. A manutenção dessas escolas, bem como todas as necessidades em materia de instrucção publica preliminar no municipio, correrá por conta da municipalidade (CAMPINAS, 1893).

Conforme estipulava o Orçamento Municipal entre 1893 e 1899, publicado nos livros de leis e decretos, as despesas com a instrução pública eram autorizadas para o ano subsequente discriminando os gastos com pessoal das escolas Corrêa de Mello e Ferreira Penteadado, além de eventuais compras de objetos, livros e materiais escolares. Fixando os valores de 11:426\$00 para 1894; 15:720\$00 para 1895; 16:000\$00 para 1896; 17:880\$00 para 1897, 1898, 1899; e 13:910\$10 para 1900. Em 1900, a Câmara autorizou um gasto maior para o ano seguinte, de 34:280\$000, discriminando uma receita de auxílio concedido pelo governo do Estado para as escolas isoladas no valor de 9:140\$700, na qual estaria previsto um gasto de 18:000\$00 com pessoal de dez escolas isoladas e 3:000\$00 de aluguel do prédio do 2º Grupo Escolar, o que nos anos anteriores não foi assinalado. Todavia, conforme informações do ‘A Cidade de Campinas de 1900’, no início do século existiam apenas duas escolas municipais em Campinas.

A divisão do Almanaque de 1900 inclui uma seção sobre essas escolas municipais, fornecendo informações sobre a escola Corrêa de Mello e a Ferreira Penteado, que, juntas, possuíam 253 alunos matriculados (163 e 90, respectivamente). O texto destaca um resumo da história dessas escolas: criadas durante o Império e ainda no final dele tiveram suas instalações doadas para que a Câmara as mantivesse, as duas escolas estavam localizadas em zona urbana e se tornariam referências para as escolas municipais da época.

Diferentemente das escolas isoladas mantidas pela municipalidade, apresentavam uma estrutura mais complexa e nas primeiras décadas do século XX as duas escolas possuíam uma organização dividida em classes, além de terem sido instaladas em prédios próprios com projeto arquitetônico específico (CAMARGO, 2019). Segundo disposição legislativa da época, elas eram as únicas que tinham o nome em homenagem à memória de figuras campineiras importantes, dado que as escolas isoladas, estaduais e municipais, conforme iam sendo criadas, denominavam-se com o nome do distrito ou bairro em que estavam localizadas (Lei Municipal 107 de 1905, art. 10). Durante o período estudado (1893-1920), a Escola Corrêa de Mello, instalada em uma área urbana, especificamente na rua Bernardino de Campos, era uma escola mista, se estabelecendo no início do século XX como uma escola masculina com aulas diurnas para menores e noturnas para adultos e menores empregados; a Ferreira Penteado, por sua vez, dispunha de aulas diurnas somente para menores do sexo feminino, localizada no centro urbano da cidade (AMARAL, 1899).

Pela localização, se presume que essas escolas, mesmo que tivessem esta pretensão, não seriam frequentadas majoritariamente pela população mais pobre do município. Porém, elas se tornam referência à população geral, que, por uma lógica de acesso, reivindicavam escolas municipais próximas a seus bairros. Essa população se voltava, de maneira direta a esses estabelecimentos pela oferta de cursos noturnos (no caso da Corrêa de Mello), e pela crença em uma ‘qualidade no ensino’. Fator bastante ressaltado em ações nas quais seus professores requeriam da Câmara melhorias, entre elas: troca de mobiliário, reformas no prédio, solicitação de material didático e criação de classes. Outro ponto a ser destacado seria a divisão por sexo nas escolas públicas, visto que, segundo ordenação do governo, era permitida a criação de escolas mistas apenas em bairros onde as demandas de cada sexo fossem insuficientes. Essa ordenação se perpetuou durante os anos seguintes, sendo uma característica evidente das escolas da República, configurando um fator recorrente de solicitações, sobretudo nos bairros populares (CAMPINAS, 1905, art. 26, SÃO PAULO, 1907-1908).

As escolas Corrêa de Mello e Ferreira Penteado atuaram durante momentos distintos da história da educação brasileira até 1920 nos moldes apresentados desde 1900. No texto dedicado

às duas escolas é enfatizado que elas foram criadas e funcionavam para educar crianças carentes da cidade. Esta especificidade, por exemplo, não é mencionada ao descrever o Grupo Escolar (GE), que é identificado como uma instituição pertencente ao Estado.

Naquele tempo, apenas o primeiro GE estava em funcionamento, com um total de 402 alunos matriculados. Existiam planos para a criação de um novo grupo, conforme citado na resolução 38, de 29 de março de 1897, que propunha "ceder o edifício Corrêa de Mello ao Estado, com o objetivo específico de instalar e manter ali um grupo escolar denominado Corrêa de Mello". Assim como na resolução 248 de 1907. Ambas as resoluções não foram efetivadas. A justificativa apresentada somente no Almanaque de 1900 afirmava que os "estabelecimentos de ensino público não são suficientes para atender às necessidades da população escolar" e que a criação de um novo grupo escolar seria um projeto de "grande alcance moral e demandado pelas necessidades" (AMARAL, 1899, p.289).

O intervalo de oito anos entre a publicação de um novo almanaque realçou o texto informativo da Instrução Pública de Campinas em 1908. Ele estava presente no 'Almanaque de Campinas para 1908' e apresentava uma colaboração entre as iniciativas do governo do estado e a municipalidade. A situação sugeria uma perspectiva otimista para a expansão do número de escolas e matrículas. De acordo com o texto, "Acompanhando, conforme era esperado, o ímpeto dado à educação pelo Governo republicano, as Municipalidades de Campinas têm se esforçado ao máximo para disseminar o ensino" (LADEIRA; OLIVEIRA, 1907, p.30).

O almanaque também disponibiliza a estatística escolar do primeiro semestre de 1907, fornecendo dados sobre as matrículas nas escolas. Estas informações estavam incompletas no Anuário de Ensino de 1908, organizado pela Diretoria Geral por ordem do Governo do Estado. As escolas isoladas apresentadas no Almanaque de 1900, reproduzidas na tabela 5, reaparecem aqui incluídas no número total de matrículas nas dezesseis escolas públicas municipais, de 740, e nas trinta escolas estaduais, que era de 1.015. Durante esse período, mesmo com a atuação de dois estabelecimentos, o número de matrículas dos grupos escolares não ultrapassou o das outras escolas públicas.

Considerado um cenário mais favorável da Instrução Pública, os 'Almanach Histórico e Estatístico de Campinas 1912' e 'Almanach Histórico e Estatístico de Campinas 1914', organizados por Benedicto Octavio e Vicente Melillo, enfatizam a atuação do 3º GE e a criação de mais casas de ensino primário, estaduais e municipais. O que se apresenta junto ao discurso de maneira frequente é que "nenhum Estado no seio do nossa Federação, como S. Paulo e nenhum município no território paulista como Campinas, souberam compreender melhor" a importância da educação e combate ao analfabetismo, carrega uma crítica aos recursos

insuficientes dados pelo Estado e um “bairrismo tão característico do povo campineiro” (OLIVEIRA; MELILLO, 1911, p. 74).

Este texto oferece um breve panorama histórico da educação em Campinas, começando com as primeiras escolas, que foram estabelecidas por sacerdotes católicos em 1812. Ele detalha a evolução das instituições educacionais ano após ano, culminando com as escolas de Campinas mencionadas no 'Almanach de Campinas e Amparo 1871'. Descreve também o funcionamento de cada escola de Campinas durante o século XIX, destacando as iniciativas privadas na manutenção das escolas. É traçado um paralelo com os progressos realizados na Instrução Pública durante o Regime Republicano, valorizando as ações do Poder Público, mas não deixa de expressar a opinião de que: "Os campineiros há muito se deram conta de que deveriam confiar pouco nas liberalidades e esmolas do governo, e deram ampla margem à iniciativa particular" (OLIVEIRA; MELILLO, 1911, p. 74).

O número total de 7 mil matrículas no ano de 1911, apresentado no Almanaque de 1912, segue uma uniformidade de compreensão que se tem sobre a situação escolar para o período. O que se entrevê é a informação estatística que se dá ao final da compilação dos dados, onde se expõe que a média de matrículas das escolas estaduais era de 34,4 alunos por escola, número inferior ao das escolas municipais, que tinham uma média de 49,9 alunos matriculados por escola.

Este dado, quando apresentado de maneira isolada, supõe uma pendência por parte do Governo Estadual para com a Câmara Municipal na manutenção de algumas escolas, além de ressaltar a exaltação do poder público local. Como se pode perceber em análise de outros dados, não explorados aqui, da Escola Complementar<sup>14</sup>: “Como se vê a frequência recompensou bem as poucas despesas que uma escola como esta acarretavam ao Estado” (OLIVEIRA; MELILLO, 1911, p. 74).

A organização dos Anuários de Ensino privilegiou os dados de matrículas das escolas particulares e limitou o acesso às informações sobre o processo de subvenção do Governo a essas instituições. Nas inserções para as escolas particulares de Campinas nos almanaques sempre foi transmitido o valor dessas iniciativas para a situação escolar “desde os tempos remotos” (OLIVEIRA; MELILLO, 1914, p. 135), ou seja, antes mesmo das reformas do ensino da República. Neles, o funcionamento de grandes escolas particulares era descrito, com maior destaque ao Liceu Nossa Senhora Auxiliadora, o Externato de Santa Casa e Sociedade Alemã

---

<sup>14</sup> Dados de 1910, ano da extinção da Escola Complementar, e implementação da Escola Normal pelo Governo do Estado. Trata-se de instituições responsáveis pela formação primária de professores (magistério preliminar).

de Instrução e Leitura. Porém, ressaltava-se a atuação de casas de ensino e pequenos estabelecimentos de educação pública mantida por particulares.

Sugere-se, portanto, que a situação escolar positiva que a cidade de Campinas apresentou entre os anos de 1900 a 1920, em relação a outras cidades do interior paulista, e a eficiência na implementação das reformas de ensino que visavam a expansão da educação popular, se dava por meio de incentivos particulares e da municipalidade.

## 2.2- Dimensões pública e privada

Analisar a situação educacional de Campinas entre 1893 e 1920 é uma tarefa complexa quando matizada pelo volume de trabalhos e o significado da historiografia sobre a história da cidade<sup>15</sup>. Os documentos analisados até agora indicam que tanto o governo municipal quanto a iniciativa privada desempenharam papéis cruciais na educação primária de Campinas durante o período em estudo. Isso revela as dificuldades que o governo do estado enfrentou para assegurar o acesso da população à escola. O que pretende ser problematizado é a localização dos estabelecimentos, na especificidade do território, visto que, a existência de um edifício dedicado à educação pública perto da residência não garante a matrícula e a permanência de uma população em idade escolar. A questão orçamentária para a manutenção de escolas isoladas e municipais em bairros populares também deve ser considerada como um fator preponderante na restrição do acesso da população à educação primária.

Ao justificar os serviços prestados à educação pública em 1906, o Intendente Municipal Francisco Araujo Mascarenhas expôs à Câmara Municipal que a compra de material didático, ainda necessário em muitas escolas, e a ausência de um inspetor escolar, responsável pela supervisão da educação, eram "cuidados compatíveis com o recurso orçamentário disponível" (MASCARENHAS, 1907). Embora nos anos subsequentes tenha ocorrido um aumento na criação de escolas isoladas, particularmente as mantidas pelo estado, incluindo a criação do 3º

---

<sup>15</sup> A bibliografia sobre educação em Campinas utilizada como referência para apresentar a rede de escolas é: A difusão da escola Primária em Campinas de Rosa Fátima de Souza; Educar para a cidadania através de valores católicos: Liceu Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora de Ana Maria Melo Negrão; Imigração italiana e estratégias de inserção sociocultural: A Escola do Circolo Uniti de Campinas, da Rosa Lydia Teixeira Corrêa; Colégio São Benedito: a escola na construção da cidadania de José Galdino, presentes no livro Memórias da Educação: Campinas (1850-1960), nº 20 da Coleção Campiniana de 1999, fundamental para compreender as peculiaridades de cada estabelecimento de ensino. Para tratar das disposições físicas das escolas, o artigo de Ana Maria C. Infantsi Costa, A escola na República Velha; Expansão do ensino primário em São Paulo, de 1983, e a dissertação de mestrado de Munir Abboud Pompêo de Camargo, intitulada O Contrato e a Concepção: arquitetura escolar e grupo mandatário em Campinas: 1870 1889, de 2019.

Grupo Escolar, ainda havia uma demanda por matrículas. Segundo o relatório do prefeito referente ao triênio de 1908-1910:

O inconveniente da matrícula de mais de 45 alunos em cada uma dessas casas de ensino, foi remediado com a ordem desta Prefeitura, que proibiu a entrada de crianças em número maior que aquele, para facilidade do trabalho dos professores (MAIA, 1911, p.58).

Existiam práticas dos professores das escolas municipais que demonstravam autonomia desses profissionais na organização de sua casa de ensino. A Lei Estadual nº 1.579, de 19 de dezembro de 1917, estabeleceu uma duração variável para o ensino primário, com quatro anos para escolas urbanas, três anos para as distritais e dois anos para as rurais. Essa lei apenas formalizou uma prática já existente, baseada na autonomia do professor, conforme verificado nos livros de chamada (CAVALHEIRO, 1907). As decisões tomadas pelos educadores no dia a dia das escolas formaram a cultura educacional de um período específico da história da educação. Eles tiveram de lidar com a falta de recursos nas instituições de ensino e, ao mesmo tempo, garantir a retenção dos alunos de baixa renda durante o processo de alfabetização.

As escolas públicas situadas em edifícios adequados às atividades evitaram alguns desses problemas ao organizar as salas de aula de forma seriada e dividir os alunos por sexo. No entanto, essas escolas ainda enfrentavam dificuldades financeiras que impediam a criação de mais escolas primárias neste mesmo modelo durante os primeiros anos do século XX. As escolas municipais Corrêa de Mello e Ferreira Penteado, assim como os três grupos escolares, eram abertas para a população e voltadas para as crianças de baixa renda da cidade. No entanto, essas instituições também sofreram com a evasão das crianças mais pobres. Os maiores índices de matrículas e de baixa frequência, assim como a evasão do curso, eram observáveis entre esse grupo de alunos que abandonava o ensino primário antes de sua finalização. Pois, uma vez alfabetizados, eles conseguiam alcançar o objetivo de garantir melhores oportunidades de emprego (SOUZA, 1998).

De fato, a implementação de grupos escolares teve um impacto positivo nas estatísticas educacionais, resultando em um aumento significativo do número de matrículas de estudantes. Essa tendência não ocasionou uma redução nas matrículas em outras instituições de ensino primário, mas garantiu o acesso de novas crianças. Estudos sobre a atuação dos GEs são fundamentais para a compreensão do projeto republicano para a educação em São Paulo, já que era considerado o modelo a seguir. Apesar dos altos custos de instalação e manutenção, eles se tornaram referências fundamentais para a reestruturação de outros tipos de escolas. Durante o

final do século XIX e início do XX, não foram apenas as escolas isoladas que passaram por reorganização, mas também algumas escolas particulares, principalmente as que estavam localizadas em áreas rurais, onde também havia uma demanda a ser respondida.

É complexo apontar a rede de escolas que funcionaram em Campinas, se for considerada a divisão em ‘municipal, estadual e particular’. O regulamento do ensino do estado e do município, em vigor desde 1893, atribuía à Câmara Municipal “... o dever imprescindível de velar pela execução da lei do ensino público, prestando o seu auxílio às autoridades escolares e concorrendo por si para tornar uma realidade a instrução popular” (SÃO PAULO, 1893, art. 46). Isso fez com que nessas três décadas a Instrução Pública Municipal, em complemento ao que apontou Souza (1998, p.136), tivesse uma importante participação na difusão do ensino primário. Levando em conta a organização das escolas preliminares (estaduais e municipais), a subvenção de escolas particulares em conjunto com o estado e o auxílio na implementação dos grupos escolares de Campinas, conforme aponta a Resolução Municipal n. 344 de 1910 sobre a instalação do 3º Grupo Escolar, percebe-se que a Câmara Municipal assumia importantes atribuições:

A camara municipal de Campinas, no exercicio de suas attribuições resolve:

Art. 1- Fica autorisada a prefeitura municipal a entrar em accôrdo com o governo do Estado, pelos meios legaes, para installação do terceiro grupo escolar, nas condições seguintes: a: Correrão por conta da Fazenda do Estado os alugueis do predio que for designado para esse fim; b) A camara pagará metade do custo das obras de adaptação; d) As aulas desse estabelecimento de instrução primaria principiarão a funcionar dentro do praso de sessenta dias.

Art. 2-Para execução desta resolução fica autorisada a prefeitura a despender â quantia de sete contos de réis (7:000\$000) pela verba *Locação de predios*, do orçamento vigente e quatro contos de réis por meio de uma operação de credito, se não houver recurso no exercicio corrente (CAMPINAS, 1910).

Em relação à disponibilidade de vagas, faz-se necessário considerar o crescimento populacional. A população de Campinas saltou de 33921 indivíduos em 1890 para 67694 em 1900, aumentando ainda para 98873 em 1910 e chegando a 115602 em 1920<sup>16</sup>. Este crescimento foi consequência da ocupação residencial das vilas próximas ao centro urbano, como sugerido por Siqueira (2009). No período de transição do século XIX para o XX, a população dessas áreas da cidade constituía menos da metade do total populacional. No entanto, conforme o censo de 1920, o contingente populacional destas vilas chegou a alcançar a marca de cerca de dois terços da população. As demandas por educação nesses bairros e as escolas primárias

---

<sup>16</sup> De acordo com os dados da Diretoria Geral de Estatística (BRASIL, 1898; 1905; 1917; 1926).

disponibilizadas pelo governo conduziram à estruturação do município baseada na divisão político-territorial das zonas distritais.

A divisão urbana da cidade de Campinas distingue o distrito-sede, que compreende a região central da cidade, o núcleo urbano comercial do Distrito Nossa Senhora da Conceição e a área urbana industrial circundada pelos bairros populares dos distritos da Conceição, bem como os distritos Carmo e Santa Cruz, considerados subúrbios. Foi nesse primeiro perímetro que os três primeiros grupos escolares foram estabelecidos nos anos de 1897, 1900 e 1910, junto às escolas municipais Ferreira Penteado e Corrêa de Melo, além de algumas escolas isoladas no início do século XX.

Na segunda área, mesmo com a presença de algumas grandes escolas particulares, predominavam as escolas isoladas, tanto femininas quanto masculinas, mistas e classes noturnas. Os distritos de Sousas e Valinhos, juntamente com Rebouças e os povoados ao redor de Campinas, na zona distrital e rural, formavam uma terceira divisão. Nessa região, encontravam-se a maioria das escolas isoladas e muitas escolas particulares fundadas por imigrantes.

A seguir, o mapa da cidade de Campinas apresenta indicações de algumas dessas escolas primárias (Figura 1). A figura 2, mapa de 1916, representa essa divisão distrital em que se estabeleciam as escolas primárias presentes no território de Campinas.

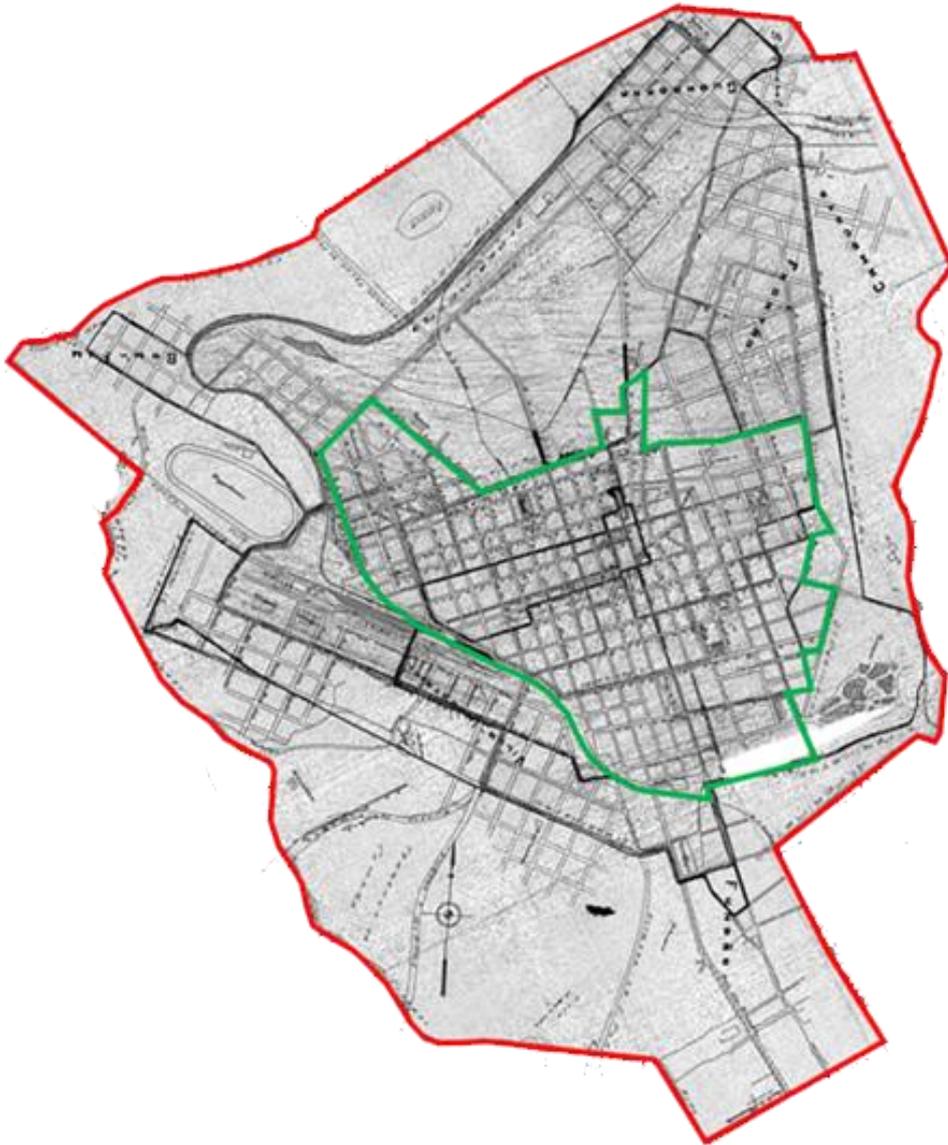
Figura 1- Cidade de Campinas, com indicação das instituições de ensino, 1900.



Legenda: 1- Escola Corrêa de Mello; 2- Colégio São Benedito; 3- 1º Grupo Escolar; 4- Liceu de Artes e Ofícios.

Fonte: Centro de Memória-Unicamp (CMU), editada pelo autor.

**Figura 2** – Mapa da Cidade de Campinas, (Edição da Casa Geroud) 1916. Localização das áreas conforme os perímetros.



Legenda: — 1ª área; — 2ª área.

Fonte: Centro de Memória-Unicamp (CMU), editada pelo autor.

A planta da figura 2 é de um projeto de modificação dos perímetros municipais, de 1916, que permite visualizar a divisão das áreas designadas, junto às demarcações realizadas neste trabalho. Em verde, o primeiro e segundo perímetro são inclusos, tendo como referência o centro da cidade. Em comparação ao mapa da figura 1, onde se localizava a escola municipal Corrêa de Mello e o 1º Grupo Escolar, mas também a Ferreira Penteado, e, posteriormente, onde se estabeleceram o 2º e 3º grupos escolares.

Já na segunda área, destacada na figura 2 em vermelho, são apresentados os nomes de alguns bairros populares, como a Vila Industrial, Fundão, Bonfim, Frontão, Cambuí e Guanabara. Demonstrando a expansão das escolas no território, visto que anteriormente se concentravam nas regiões centrais em 1900 (Figura 1), com exceção do Liceu de Artes e Ofícios, seriam criadas nesses bairros as escolas isoladas. No entanto, a terceira área, que corresponde aos distritos, não está representada nos mapas. Ressalta-se a inexatidão dessa demarcação, que durante o período aqui estudado, apresentavam alterações em seus limites, dificultando a identificação de determinadas escolas particulares.

Da mesma maneira que as escolas públicas estavam presentes em Campinas, outras grandes escolas e pequenas casas de ensino mantidas por particulares também eram conhecidas. Com categorizações mais complexas, elas podiam ser destinadas à elite e à classe média, com professores que eram mantidos por uma associação ou pela comunidade, entre outras disposições. Os estabelecimentos de ensino particulares, ainda que heterogêneos, eram relevantes na realidade da educação primária de Campinas, e, quando alinhadas ao poder público, atuavam de maneira a auxiliar a educação popular suplementando o ensino público na oferta de vagas para a educação primária.

Ainda existiam as escolas populares mantidas por particulares, que foram fundadas no período do Império e seguiram atuando de forma a garantir a instrução da população de Campinas. Apesar do período republicano ser o momento da ascensão das escolas públicas, durante todo esse período as escolas particulares em Campinas cresceram em número de matrículas, conforme verificado nas estatísticas presentes nas tabelas 1 e 2. Parte das matrículas foram destinadas à população pobre sem acesso às escolas públicas. Acentua-se que já no regime anterior os republicanos intervinham em algumas dessas instituições com o intuito de aumentar a oferta de instrução pública.

Há uma ausência sentida nos dados reunidos nos Anuários de Ensino de 1920-1921 e 1922, apresentados aqui nas tabelas 3 e 4, que são os números de matrículas nas escolas particulares de Campinas. Não se trata de uma comparação com outros municípios do interior paulista na primeira república. A quantidade significativa de escolas isoladas em bairros populares, no começo do século XX, e a atuação expressiva das escolas particulares é uma característica da cidade na época, que vem do período do Império e permanece na República.

Esse fato não apenas remete ao número relevante de matrículas neste tipo de escola, mas também às especificidades dos estabelecimentos de ensino particular. No Almanaque de Campinas de 1912 é disponibilizada uma lista de escolas particulares que atuaram em 1911, em uma seção denominada 'Instrução Particular'. No quadro 1 é organizada uma lista expondo

cada escola primária, seu ano de fundação e o recebimento de subvenção do estado, exposto no Anuário de Ensino de 1911. Visto que a subvenção dada pelo município, apesar de descrita no orçamento municipal, não foi possível identificar o valor determinado para cada instituição.

Quadro 1- Instrução Particular, Campinas, 1911.

Instituição Escolar	Ano de Fundação	Tipo de Subvenção
Asilo de Órfãos e Externato da Santa Casa	1878	Subvenção do Governo do Estado (10:000\$00)
Colégio São Benedito	1902	Subvenção do Governo do Estado (3:000\$00)
Liceu de Artes e Ofícios Nossa Senhora Auxiliadora	1892	Subvenção do Governo do Estado (10:000\$00)
Asilo de Órfãos e Externato São João	1909	Subvenção do Governo do Estado (10:000\$00)
Escola Amiga dos Pobres	s/r	Subvenção do Governo do Estado (3:000\$00)
Escolas do Circulo Italiano	1886	s/r
Escola Sociedade Alemã de Instrução e Leitura	1863	s/r
Nova Escola Alemã	1900	s/r
Escola Paroquial Santo Antônio	1907	Subvenção do Governo do Estado (2:000\$00)
Escola Sociedade Artística Beneficente	1910	Subvenção do Governo do Estado (3:000\$00)
Escola Noturna Independência (para adultos)	s/r	s/r
Escola Noturna Liberdade e Ordem	s/r	s/r
Escola da Liga Operária	1907	s/r
Externato Tiradentes	s/r	s/r
Colégio Santa Cruz	s/r	s/r
Escola São Vicente de Paulo	1909	Subvenção do Governo do Estado (1:200\$00)
Jardim da Infância e Escola Modelo	1909	Subvenção do Governo do Estado (5:000\$00)
Colégio do Sagrado Coração	1903	Subvenção do Governo do Estado (2:000\$00)

Legenda: s/r= Sem registro;

Nota: O estado e município não disponibilizaram a quantia e a existência de subvenção dessas escolas. Supõe-se que no período existiam mais instituições de ensino que ofereciam educação primária e recebiam subvenção, mas que não foram confirmadas nos registros.

Fonte: Almanaque de Campinas, 1911; Anuário de Ensino do Estado, 1911. Dados compilados pelo autor.

A manutenção das escolas subvencionadas e a isenção de impostos foram ações do Governo para ofertar à população um maior número de escolas. Entretanto, a sua expansão testemunhava as dificuldades do poder público em construir escolas em quantidade necessária para atender a demanda por vagas. Apesar do anseio por parte dos republicanos de padronizar um modelo de escola e criar um sistema de ensino, o que ocorria na prática, entretanto, era uma acentuada diferenciação entre as escolas próximas do perímetro urbano e as localizadas em zonas rurais. Esse fato realça a exclusão da classe popular do ensino primário, preterindo, por meio da localidade, o direito à educação aos órfãos, aos filhos de operários e

trabalhadores rurais, aos estrangeiros, à população negra, entre outros grupos da população em alto crescimento demográfico.

O número considerável de matrículas em instituições de ensino particulares não representa, por si só, um acesso facilitado da população ao ensino primário. Porém, a porcentagem de matrículas pagas pelo Estado e destinadas pela municipalidade em troca de isenção de impostos tiveram um papel importante e duradouro — até, pelo menos, 1920 —, que garantia o acesso à educação primária a setores da classe popular que não acessavam ou conseguiam se manter nas escolas públicas.

Souza (1998) infere que a preferência das matrículas dos filhos dos proprietários rurais se dividia entre os grupos escolares, próximos ao centro da cidade, e os internatos particulares. Desse último tipo, encontram-se integral ou parcialmente escolas populares mantidas por particulares fundadas no período do Império, que atuaram durante a República de forma a garantir a instrução das classes populares em Campinas. Esses estabelecimentos particulares consistiam em instituições consideravelmente heterogêneas. Em sua maioria ofertavam cursos primários, mas também havia aquelas dedicadas ao curso secundário e os colégios de ensino profissionalizante e comercial.

As entidades mantenedoras das escolas particulares também eram diversas. Entre as de iniciativa privada, destacavam-se as mantidas pelas igrejas católica e protestante, como também as asseguradas por sociedades civis específicas, como por exemplo algumas escolas estrangeiras. O Poder Público também oferecia medidas complementares de auxílio para algumas escolas beneficentes que contribuía com o oferecimento de vagas escolares.<sup>17</sup>

A soma de esforços do poder público e da iniciativa particular entre as reformas do ensino de 1893 e 1920 para a expansão da educação popular em Campinas atesta o reconhecimento das dificuldades no atendimento a uma demanda crescente por escolarização. Neste sentido, o município agiu para apoiar as disposições estabelecidas pelo Governo do Estado regulamentando a instrução pública e no apoio à iniciativa de particulares para que participassem do esforço de expansão da oferta. Surgem também agentes históricos como representantes políticos locais, a população em geral, especialmente os residentes das periferias da cidade ou bairros populares, e os professores. Esses agentes assumiam a responsabilidade de reivindicar perante a Prefeitura a criação de escolas primárias, seguindo o modelo das escolas públicas, além de pedidos de subvenções para internatos.

---

<sup>17</sup> Como demonstrou Costa (2017) para o caso da capital do estado, também em Campinas a escolarização da criança pobre dependeu da subvenção pública para matrícula em escolas particulares.

Essa movimentação pode ser observada na correspondência dirigida à Prefeitura Municipal. Dela se ocupará o próximo capítulo com o objetivo de discutir a participação da população para que fosse garantido o acesso às escolas.

### CAPÍTULO 3 – AÇÕES DA POPULAÇÃO POR ESCOLA

Este capítulo propõe analisar as correspondências dirigidas à Prefeitura Municipal de Campinas<sup>18</sup> e presentes no Arquivo Municipal de Campinas com o objetivo de identificar a demanda da população por escolas. Mesmo que articuladas por um estrato social específico da população da cidade, as correspondências desta série informam sobre procedimentos de acesso e funcionamento das escolas primárias do período.

As 'Correspondências do Grupo Documental Educação' constituem uma seção significativa deste acervo. Trata-se de oito séries documentais contendo cartas recebidas pelo executivo municipal endereçadas para o Intendente/Prefeito Municipal até 1920. À época, o chefe do executivo era o responsável pela Instrução Pública e, assim, por toda uma variedade de assuntos relacionados ao funcionamento das escolas preliminares, provisórias e noturnas de Campinas. As cartas que então recebia tratavam de diferentes tópicos: registros escolares, boletins, atas, relatórios, comunicados, solicitações e reivindicações.

Esta era uma correspondência produzida por diversas partes. Representantes da Secretaria de Estado e, em diferentes momentos da administração pública estadual, pelo Diretor Geral de Instrução Pública, por inspetores de ensino, por representantes de instituições educacionais de Campinas e de outras localidades, por professores das escolas públicas municipais, por políticos e cidadãos comuns. Essa variedade demonstra o amplo espectro de atores envolvidos com a cultura escolar e o serviço de instrução pública.

Os remetentes mais frequentes dessas correspondências eram os prepostos do Governo do Estado. Mediante ofícios e comunicados, representantes da Repartição de Estatística e Arquivo do Estado, Inspetoria Geral, Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, e a Diretoria Geral, fiscalizavam junto ao executivo da Câmara a Instrução Pública. Ainda, eles deliberavam sobre a criação e fechamento de escolas, além de tratar de assuntos como nomeação, transferência, substituição, remoção, licença, aposentadoria e demissão de funcionários. Autorizavam também a compra de material escolar e reformas em escolas, notificavam e aplicavam penas disciplinares aos professores que faltassem e esclareciam dúvidas sobre os procedimentos e normas do Estado em relação à Instrução Pública. O mote da

---

<sup>18</sup> A Lei estadual nº 16 de 1891 determinou a criação de uma estrutura separada da Câmara Municipal com as funções executivas do governo municipal. A organização que incorporou tal função foi denominada Intendência Municipal, em 1892. Em 1908, adotou por força da legislação estadual a denominação de Prefeitura, que se tornou designação uniforme para todo o país, na Revolução de 1930 (CAMPINAS, s/d)

demanda por escolas, nessas correspondências do poder público, era expresso por deliberações de provimento de escolas e nomeação de professores. Destaca-se os ofícios do Diretor Geral de Instrução Pública, de 1911 a 1913, com pedidos de melhorias no número de matrículas em escolas que possuíam poucos alunos. Há ainda reclamações da falta de envio dos dados estatísticos escolares, ausência e não cumprimento das horas totais de trabalho.

### **3.1- O funcionamento das escolas municipais e as cartas dos professores**

Os primeiros registros de correspondências recebidas pela prefeitura que tratam de assuntos da esfera da Instrução Pública foram remetidos por professores das escolas públicas do município junto com os informes. Tratadas também como correspondências internas, os professores nesta situação comunicavam ao executivo municipal sobre o andamento de suas aulas e classes, além de prerrogativas pessoais e de seus alunos.

Os informes e pedidos feitos pelos professores tratavam de assuntos recorrentes ao funcionamento da classe, como ausências, pedidos de nomeação, transferências, entre outras solicitações. Ao analisar a narrativa utilizada pelos docentes nessas cartas, é possível se aproximar do cotidiano escolar do período. Vejamos, como exemplo, duas cartas do Professor Luiz Monteiro da Escola Correa de Mello, de 28 de maio e de 24 de julho de 1897, justificando o fechamento de sua escola por falta de alunos e denunciando o trabalho de seu adjunto:

Cidadão, respondendo ao Ofício de 27 de Crescente, participo-vos que compareci e não dei aula por falta de alunos, pois apresentaram-se unicamente três alunos. Por esse motivo, eu aceitei fechar o edifício. Participo-vos também que, por mais de uma vez, tenho falado aos meus alunos que os dias santificados não são considerados feriados pelo governo, e nada tenho conseguido devido a isso os professores que me precederam, os quais guardavam todos os dias santificados, mas passei todos os meios afins de tirar este costume (MONTEIRO, 1897a).

Ilustre cidadão, Doutor Intendente Municipal. Tendo eu ontem lecionado a classe a cargo do meu adjunto, tive ocasião de notar uma completa irregularidade nesta classe. Encontrei alunos que por mais de uma vez não dão e nem sabem onde devem estudar as lições. Encontrei outros frequentando as aulas sem estarem matriculados, causando isto completo desarranjo na matrícula da escola. Enfim, notei também muita falta de método em todas as matérias, principalmente no primeiro livro de “João de Deus”, o qual não é lecionado conforme indica o seu autor. Espero confiado na sua sábia discricção, que sanareis estas irregularidades (MONTEIRO, 1897b).

A escrita dessas cartas atesta o tom da relação entre os professores e o executivo municipal, responsável pela Instrução Pública. O motivo declarado pelo Prof. Monteiro para o

fechamento da escola e a denúncia de outras irregularidades notificam a autoridade escolar. Outro exemplo vem do Prof. Arthur Segurado, também da Corrêa de Mello, em carta datada de 28 de agosto de 1899, que informa que uma tempestade impediu a realização da aula: “Comunico-vos para os fins legais que sábado 26 do corrente não houve aula na escola noturna Correia de Melo visto não ter comparecido nenhum aluno devido a tempestade que reinou aquela noite”. Da Prof<sup>a</sup> Castorina Leme Cavalheiro, um outro exemplo pode ser apreendido. Em 15 de julho de 1901, dirige-se à autoridade municipal para solicitar sua transferência do bairro de Anhumas para o Guanabara:

Abaixo assinada a professora da escola provisória do bairro de Anhumas, não tendo atualmente números suficientes de alunos para o regular funcionamento dessa escola de acordo com a lei, acrescentando que alguns deles são moradores na cidade e que para ali vão diariamente, vem pelo presente pedir-vos a transferência da referida escola para o bairro de Guanabara onde existem muitas crianças de ambos os sexos que por falta de indispensáveis recursos de seus pais não podem frequentar as escolas em grupos escolares da cidade. Sendo, pois, de indiscutível necessidade a existência da escola mista no Guanabara, espero que resolveis favoravelmente o presente pedido.

Nesta última citação, a Professora Castorina pede a transferência da escola para um bairro que, segundo ela, possui uma demanda por escola originada pela falta de recursos dos pais dessas crianças para frequentarem os grupos escolares.

As reclamações dos professores ilustram as complexidades e desafios enfrentados na educação pública durante esse período. A localidade, por exemplo, era determinante na permanência dos professores e para a frequência dos alunos. Ainda na solicitação de Castorina, constata-se que a transferência da escola foi autorizada de imediato. A professora, inclusive, recebeu um profuso elogio da Comissão encarregada pelos exames das escolas municipais:

Os exames da escola do Guanabara, que até quinze de Julho funcionou na estação de Anhumas, mereceram os nossos mais francos elogios. Já no ano anterior havia causado admiração o trabalho de sua professora D. Castorina Leme Cavalheiro. Este ano, a expectativa geral foi excedida. Num curto lapso de cinco meses conseguiu apresentar um resultado que outros professores, sem que nisto se envolva uma desconsideração a eles, não lograram demonstrar em mais longo tempo. D. Castorina, com sacrifício até da saúde, tanto se compenetro dos deveres de seu cargo, esforçando-se tanto pela causa da instrução, que sua escola deve ser considerada o modelo das escolas municipais e os exames ali realizados podem servir de emulação aos seus colegas de magistério. Nós alegamos ainda e o devemos fazer em seu favor, o número de alunos que instrui, pois são em número de quase sessenta. Pela nossa parte cumprimos um dever lançando na ata dos exames um voto de louvor á distinta professora; cabe agora a essa intendência manifestar-lhe, como julgar conveniente, o seu aplauso (BUENO, 1901).

Nesse processo de transferência da escola mista de Anhumas para o bairro Guanabara, percebe-se a importância da solicitação da professora para melhor atender a demanda. Castorina

é quem identifica que na região na qual o governo criou a escola e a nomeou como responsável não havia estrutura para que se mantivesse a escola funcionando. Apontando uma localidade em que não só a demanda existia como também boa parte de seus alunos poderia frequentar, a professora teve o pedido atendido. De fato, Castorina requereu a transferência por intermédio de uma carta e em menos de um mês se estabeleceu no novo local, com tempo suficiente para matricular um número excedentes de alunos (60) e realizar os exames.

Até 1920, essa situação era comum em Campinas. As escolas municipais e isoladas do estado eram suprimidas e criadas em outro bairro da cidade com o deslocamento do professor titular, sempre considerando o número de frequência de alunos.

Outro exemplo vem de um professor de Matão que procurava estabelecer-se em Campinas. Escreve, então, ao Prefeito da cidade:

Matão, 7 de julho de 1909.  
Ex<sup>mo</sup> Senhor Prefeito Municipal de Campinas,  
Saudações,  
Tomo a liberdade de designar-vos esta, a fim de que me informeis se há na cidade, na sede desse município, duas escolas vagas de ambos os sexos, visto que desejo remover-me com minha mulher desta cidade, pedindo desculpas do vosso incômodo de antemão, agradeço vossa preciosa resposta e tenho a honra de subscrever-me.  
Vosso aluno, Armando Madureira e Sousa, Professor Público.

Nas brechas deixadas pelo imediatismo da política de expansão da instrução pública, os professores e professoras aproveitavam-se da grande autonomia na administração de suas escolas.

Além da transferência, os pedidos de afastamento também eram apresentados diretamente ao Prefeito. É um exemplo o pedido de um casal de professores, José Antonio Borges e Balbina Borges, em 9 de janeiro de 1901. Nele, o casal Borges informa sobre o fechamento das escolas do Bairro Rebouças por três dias devido ao tratamento de saúde da Professora Balbina Borges<sup>19</sup>:

Os abaixo-assinados comunicam-vos que deixaram de reabrir hoje as escolas do bairro Rebouças, o primeiro dos signatários por estar tratando da saúde dessa senhora, a última signatária, e esta por não estar completamente restabelecida da saúde. Sendo de justiça, solicitamos que nos seja concedido o prazo de três dias para a reabertura das escolas do dito bairro.  
Saúde e fraternidade.

---

<sup>19</sup> Para outra análise dos ofícios e requerimentos de solicitação dirigidas à autoridade pública, ver Phillipi (2022) que estudou a tramitação de ofícios na Diretoria Geral de Instrução de Santa Catarina.

Em 16 de outubro, o mesmo casal novamente usa a justificativa médica informando que a região não oferecia recursos médicos e farmacêuticos suficientes, visto que o tratamento de saúde ficaria mais custoso devido ao transporte. Pedem, então, a transferência de suas respectivas escolas para um bairro popular urbanizado, o Bairro Bonfim:

Nós abaixo assinados professores das escolas públicas do bairro de Rebouças vimos perante V.Ex<sup>a</sup> solicitar autorização para transferirmos nossas escolas do dito bairro para o do Bonfim, nesta cidade. O motivo principal que nos leva a fazer esse pedido é andarmos sempre doentes e não dispormos aqui de recursos médicos e farmacêuticos. Se quiséssemos continuar aqui com nossas escolas residindo na cidade isso nos seria inteiramente impossível pois que iríamos ter despesas muito superiores aos nossos vencimentos, e vendo de justiça pedimos a V.Ex<sup>a</sup> deferimento.  
Rebouças, dia 16 de outubro de 1901.  
José Antônio P. Borges e Balbina C. Borges

A transferência da escola foi indeferida segundo as anotações do Intendente Municipal Manuel de Assis Vieira Bueno na própria carta de petição, com a alegação de que não havia escolas no bairro requerido. Realmente, a escola no Bairro Bonfim seria criada apenas em 1905, provida pela Câmara com a nomeação, não por concurso, da Professora Leonor Leme Cavalleiro<sup>20</sup>, que apresentou resultados satisfatórios para o Intendente em relação à frequência e promoção dos alunos (CAMPINAS, 1905). O estudo de Demartini (1989), tendo como fonte os relatos dos professores que atuavam em cidades do interior de São Paulo com características rurais e colônias, afirma a importância da escola como instrumento do líder político local.

Outro expediente político do período era a nomeação e a transferência de docentes para determinadas escolas de certas localidades. Trata-se de um elemento explicativo dos critérios de atendimento, ou não, das solicitações dirigidas à intendência municipal.

Ao então antecessor de Orosimbo Maia na cadeira de Intendente Municipal em 1907, o deputado estadual Dr. Antonio Alvares Lobo, pertence a autoria de uma carta datada de 21 de abril de 1908, aconselhando o atual prefeito a revogar a remoção de uma conhecida sua, que teve sua cadeira submetida a concurso:

Orosimbo Maia, você pôs em concurso a cadeira ocupada por D. Dalila Sales, nomeada efetiva em 1903. Eu creio dar efeito retroativo à Lei nº 107, quando esta só pode reger as casas futuras. Eu aconselhei a que apresentasse em requerimento como reclamação para você decidir o caso. Penso que até cabe recurso ao laudo oculto à Lei nº 107, art. 109, pois a nomeação é para habilitação. Eu interessei-me muito por ela, fui seu padrinho de casamento e aprecio muitíssimo o marido, sendo que eles

---

<sup>20</sup> A partir de 1909: Leonor Leme Carneiro. Em 1910 com a exoneração da D. Maria de Andrade Squarzini, foi removida para a escola feminina da Conceição (CAMPINAS, 1908-1910 p.57). Também seria irmã da professora Castorina da Escola Mista de Guanabara, elogiada pelos Intendentes nos relatórios de 1899-1901, 1904, 1906, 1907, 1911, considerando o resultado de seus alunos nos exames finais.

precisam, ficariam com duas meninas do casal para educar... Ao nada pode fazer dar a ela.

A carta da Professora Dalila Salles Rebello ao Prefeito Orosimbo Maia, alinhada ao conselho do Deputado Antonio Alvares Lobo em sua correspondência, apela à efetividade do cargo. A professora havia sido nomeada para as escolas de Vallinhos e Rebouças, respectivamente. Pesa na decisão de remover a professora a falta de comprovação de habilitação e efetividade nos cargos anteriores, assim como a obediência à retroatividade da Lei 107 de 1905, que exigia habilitação por concurso ou a nomeação a diplomados<sup>21</sup>. O Prefeito Orosimbo Maia expõe tais impasses jurídicos à professora, além de apresentar desculpas judiciais para com os outros professores, atestando não poder atender ao pedido do colega político:

Câmara Municipal de Campinas, 22 de abril de 1908.  
 Antônio Lobo, infelizmente não é possível atender em relação ao teu pedido sobre D. Dalila Salles. Outros professores em caso idênticos foram submetidos a concursos de suas escolas, além disso D. Dalila é professora interina, devo te dizer que conheço desde menina e considero muito, porém o que fazer no caso para ser justo? Logo que assumi a prefeitura prevenia para se prepara-se para o concurso, há um mês mais ou menos mandei preveni-la pelo Antônio de que ia pôr a escola em concurso.  
 Adeus, disponha. Orosimbo.

As correspondências trocadas pelos dois políticos campineiros apresentam uma prática paternalista mais direta, que a relação professor-prefeito não alcançava. Ao aconselhar a professora a pedir recurso à lei, Antônio Lobo acrescenta na carta a Orosimbo Maia a relação pessoal que mantém com a peticionária. Justificativa que mereceu a resposta do atual prefeito, que mesmo assim nada poderia fazer diante da lei de regulamentação da instrução pública em vigor, visto que já teria alertado a professora sobre tal consequência.

A lei municipal em questão, nº107 de 1905, legislava sobre práticas que já haviam sido experimentadas na gestão da instrução pública de Campinas. Sua vigência coincidia com um aumento das escolas estaduais reconhecendo o caráter provisório e de auxílio que as escolas municipais tinham na Instrução Pública. Até a década de 1920, permitiram o provimento de ensino público primário em localidades sem escolas estaduais e outras com grande demanda escolar.

Entre as informações mais frequentes enviadas pelos professores aos seus superiores está o número de alunos matriculados em suas respectivas escolas. O artigo 27 da Lei 107 formalizava a utilização do livro de matrículas, reiterando o papel dos docentes como

---

<sup>21</sup> O concurso de 25 a 29 de maio de 1908 habilitou Maria de Andrade Squarzini para a cadeira da Escola Feminina de Rebouças (Campinas, 1908).

responsáveis pela frequência de seus alunos. Compreendendo esse papel, as correspondências referentes a abertura de classes permitem identificar os meios pelos quais a demanda por escolas foi atendida. A primeira solicitação desta natureza nas séries da seção de correspondência do grupo educação vem dos professores das classes noturnas na Corrêa de Mello, em março de 1894:

Os abaixo assinados, professores da escola Correia de Mello, desejando abrir uma aula particular em uma das salas daquele edifício, vêm pedir o vosso consentimento, comprometendo-lhes se admitirem a matrícula gratuitamente, cinco meninos reconhecidamente pobres, por ser de justiça pedem deferimento.

Ao Doutor Antônio Álvarez Lobo, Intendente Municipal de Campinas.

Jair Cunha e Luiz Monteiro, Campinas, 4 de março de 1894.

Considerando a condição na qual os professores utilizavam as classes noturnas para complementar seus ganhos, admite-se, assim como Souza (1998), que a oferta de classes nesta modalidade em escolas de Campinas era pequena para o número de menores empregados que requeriam matrículas. Em concordância com as fontes analisadas neste estudo, além das classes noturnas da Corrêa de Mello, até 1920, é registrada uma classe noturna na Escola Masculina de Santa Cruz em 1900 (ALMANAQUE DE CAMPINAS, 1900/1901) e cinco escolas públicas entre municipais e estaduais, em 1917 e 1918, que ofereciam aulas à noite (ANUÁRIOS DE ENSINO DE 1917 E 1918).

A justificativa da condição social dos alunos é considerada na autorização dada pelo Intendente Alvarez Lobo (1894) para a matrícula dos cinco alunos da escola Corrêa de Mello: “Concedo aos expedicionários o que requerem, sobre a condição de serem admitidos gratuitamente na aula que se propõe estabelecer cinco alunos pobres mediante uma guia por mim assinada”. Em 1902, o também Professor da Escola Corrêa de Mello, Arthur Segurado, consegue autorização para matricular menores em sua classe noturna, como pode ser notado em carta e anotação do Intendente:

Cidadão Dr. Antônio Álvares Lobo Intendente municipal de Campinas.

Tendo comparecido a matrícula da aula noturna da Escola Coreia de Melo, alguns meninos que não tem a idade exigida pelo artigo 3º título segundo do regulamento em vigor, isto é menores de quatorze anos, e alegando os mesmos não poderem frequentar aulas diurnas peça-vos que determineis as providências a tomar em tais casos.

Saúde e fraternidade.

Campinas 10 de janeiro 1902,

Professor da aula noturna da escola Corrêa de Mello

Arthur Segurado.

Tendo espírito do regulamento facilitar a admissão de alunos que não possam frequentar as aulas diurnas e devendo se exigir o cumprimento do artigo terceiro aos

que não trabalham em ofícios fica o professor autorizado no caso de a consulta aceitar e matricular os alunos que pedirem a inscrição.  
Campinas, 10 janeiro de 1902.  
A. Lobo

Conclui-se com a análise das mediações expressas nessas correspondências trocadas pelos professores e o Intendente, que em nenhum momento é apontado uma negativa do poder executivo em atender os solicitantes das escolas do município. Referente a procura por vagas na escola Corrêa de Mello, são duas as hipóteses fundamentais que alicerçam essa postura. Primeiro a de que a relação que os professores mantinham com o Intendente Municipal, seus compromissos com a Instrução Pública<sup>22</sup> e suposto reconhecimento perante a sociedade, garantiam a eles um papel de articulação importante no acesso da população a escola. Um segundo ponto seria a disposição da própria escola: a Corrêa de Mello estava localizada em um local de fácil acesso, em um sobrado dividido por séries de adiantamento, pontos que viriam a diferenciá-la da maioria das outras escolas públicas e se tornaria requerida por esses motivos.

A carta e a lista enviadas pelo Professor Luiz Cerqueira de Monteiro, junto ao primeiro mapa escolar de 1906, demonstram essas particularidades:

Enviando a V.Ex<sup>a</sup> mapas do movimento dessa escola no mês de janeiro findo, junto também uma lista de 86 candidatos que se apresentaram a matrícula nas duas escolas existentes esses pretendentes não foram atendidos por já estar completo o número de alunos determinado pela lei vigente, isto é, 45 alunos para cada professor, no máximo. Existindo, porém, no edifício da escola uma sala que se presta perfeitamente para o funcionamento de mais uma aula, peço permissão para lembrar a V.Ex<sup>a</sup> a utilidade da criação que será pouco pesada aos cofres municipais, pois, poderá ficar a cargo de um novo adjunto. Assim, atender ao grande número de pedidos feitos, com real vantagem para o interesse público. Aguardando instruções para resposta aos interessados.  
Saúde e fraternidade.  
Campinas, 2 de fevereiro de 1906.

A lista com o nome e a idade dos meninos é enviada junto à carta. Ela tipifica a demanda por vagas na Corrêa de Mello, visto que pedidos de criação de classes não eram solicitados pelos professores de outras escolas por meio de correspondências. Também a diferencia das isoladas de bairros mais afastados, que no mesmo período demonstravam insuficiência de alunos, como no caso da Escola da Estação de Anhumas:

Estação de Anhumas, 6 de março de 1906.  
Excelentíssimo Senhor Doutor Presidente da Câmara Municipal,  
Remeto incluso um ofício em que comunico ao Dr. Secretário do Interior que o número de alunos matriculados na escola mista da Estação de Anhumas, da qual sou professora, tem decrescido de modo que é hoje apenas de 14 alunos, e com tendências ainda a diminuir.

---

<sup>22</sup> Trata-se da composição da banca responsável pelos exames finais das escolas estaduais, quando por vezes foram convocados os professores da Corrêa de Mello (Srs. Arthur Segurado, Jair Cunha e Luiz Monteiro).

Peço encaminhar o referido officio ao seu destino.  
Saúde e fraternidade.  
A Professora: Carmelina de Miranda

Na carta da professora Carmelina de Miranda, foi assinalado: “Como requer, oficiando-se”, assinado pelo então Intendente Municipal Antonio da Costa Carvalho, com mesma data de assinatura da carta. Apesar de não precisar quais foram as providências tomadas pelo Secretário do Interior e o recebimento do officio, percebe-se uma lógica diferenciada na tomada de providências para as escolas mantidas pelo município, que tinham a autonomia do Intendente no proceder das solicitações, assim como nas escolas do estado, que tem a municipalidade como intermediário aos seus pedidos encaminhados ao Secretário de Estado.

Uma maior eficiência no atendimento de demandas fez com que as escolas municipais, e aqui estão inclusas as escolas Corrêa de Mello, Ferreira Penteado e as casas de ensino mantidas pelo município, se estabelecessem de maneira mais sólida. Enquanto as escolas estaduais isoladas apresentavam alto índices de criação e supressão durante sua existência.

A complexidade da separação das funções do Estado e do Município para organização da Instrução Pública se manifesta também na presença de outros tipos de solicitações. Era comum, por exemplo, a modalidade de requisição, que circulava entre as escolas e a prefeitura, de materiais e objetos escolares. À frente da Escola Mista do Bairro Bonfim, municipal, a Profa. Guiomar Dammy encaminhou um pedido de material escolar nos seguintes termos:

Outro sim, venho pedir a vossa senhoria ativos dignos de mandar prover a escola dos seguintes objetos como 1 quadro negro, 1 caixa de [ilegível] 1 caixa de giz, 1 de papel, 1 baião de tinta.

Da mesma forma, o responsável por uma classe particular, localizada na Estação José Paulino — e que não foi possível identificar — destaca:

[...] em vista dos beneficios que a escola tem prestado a este lugar no espaço de 11 anos que está funcionando, o senhor pode pedir uma [ilegível] escolar, 15 carteiras, emprestado até das escolas públicas, que comporte os meninos todos e seja suprimida à escola particular. Neste sentido official a Câmara e meu pedido foi indeferido agora pedia a vossa senhoria para encaminhar o meu pedido ao senhor secretário de interior para me fornecer as carteiras que visam prestar um beneficio as crianças. As mensalidades que os alunos pagaram pagam sai 3\$000 para pagar a professora, não mantenho a escola ao meu interesse, e sim unicamente em beneficio de lugar. Subscrevo-me com todo respeito, alta consideração.  
[assinatura ilegível]

Diante de um indeferimento da Câmara ao pedido de aquisição de material, o responsável apela ao executivo municipal para conseguir junto à Secretaria do Interior o atendimento do pedido.

Também a assiduidade dos professores era reivindicada, como se vê no encaminhamento que Oscar Thompson, então Diretor Geral de Ensino, faz ao Inspetor Municipal de Campinas a partir de denúncia recebida:

São Paulo, 17 de março de 1907,

Sr. Dr. Inspetor Municipal de Campinas,

Enviando a V.S. a inclusa denuncia endereçada a esta Diretoria Geral, contra os professores da estação de Rebouças, os quais não têm sido exatos no cumprimento de seus deveres, ora deixando de dar aulas, ora lecionando sem preencherem as 5 horas regulamentares de trabalho, o que aliás tem sido constatado várias vezes, em anos anteriores, pelos Srs. inspectores escolares que transitam pela Linha Paulista, peço a V.S. que, como uns dos principais interessados pela regularidade no funcionamento das escolas, no caráter de inspector municipal, se digne informar-me sobre a veracidade dos abusos constantes da denúncia apresentada, a fim de que possam ser tomadas providencias a tal respeito.

Certo de que V.S. empregará o melhor de seus esforços a bem da descoberta da verdade, anticipo-lhe meus agradecimentos, reiterando-lhe meus protestos de muita consideração.

Oscar Thompson

Diretor Geral de Ensino

O conjunto de solicitações acima listadas deixa perceber que ao professor cumpria zelar pelo funcionamento regular da escola, manter o número adequado de matrículas e a promoção de seus alunos. É possível caracterizar o professor como um ator mediador na cultura de acesso da população à escola pública, visto que a procura por matrícula para acesso à educação primária poderia se manifestar de outras maneiras e atendendo outros estratos sociais presentes na sociedade.

### **3.2- O discurso de democratização do ensino e o Liceu de Artes e Ofícios**

Há solicitações ao executivo municipal de matrícula gratuita em escolas particulares. Na série analisada, a primeira carta deste tipo é datada de 21 de fevereiro de 1906, quando o senhor José Alves de Oliveira solicita a matrícula de seus filhos, João, de 13 anos, e Euclides, de 9 anos, no Colégio São Benedito. O pai alegava não ter condições e nem tempo de educá-los, e realiza o pedido apelando à caridade. Tal pedido se apresenta quando o Colégio São Benedito ainda funcionava nos fundos da Igreja e disponibilizara algumas vagas gratuitas a

estudantes pobres. Apesar de receber subvenção do Estado, esse é o único pedido de matrícula nos arquivos municipais referente ao colégio.

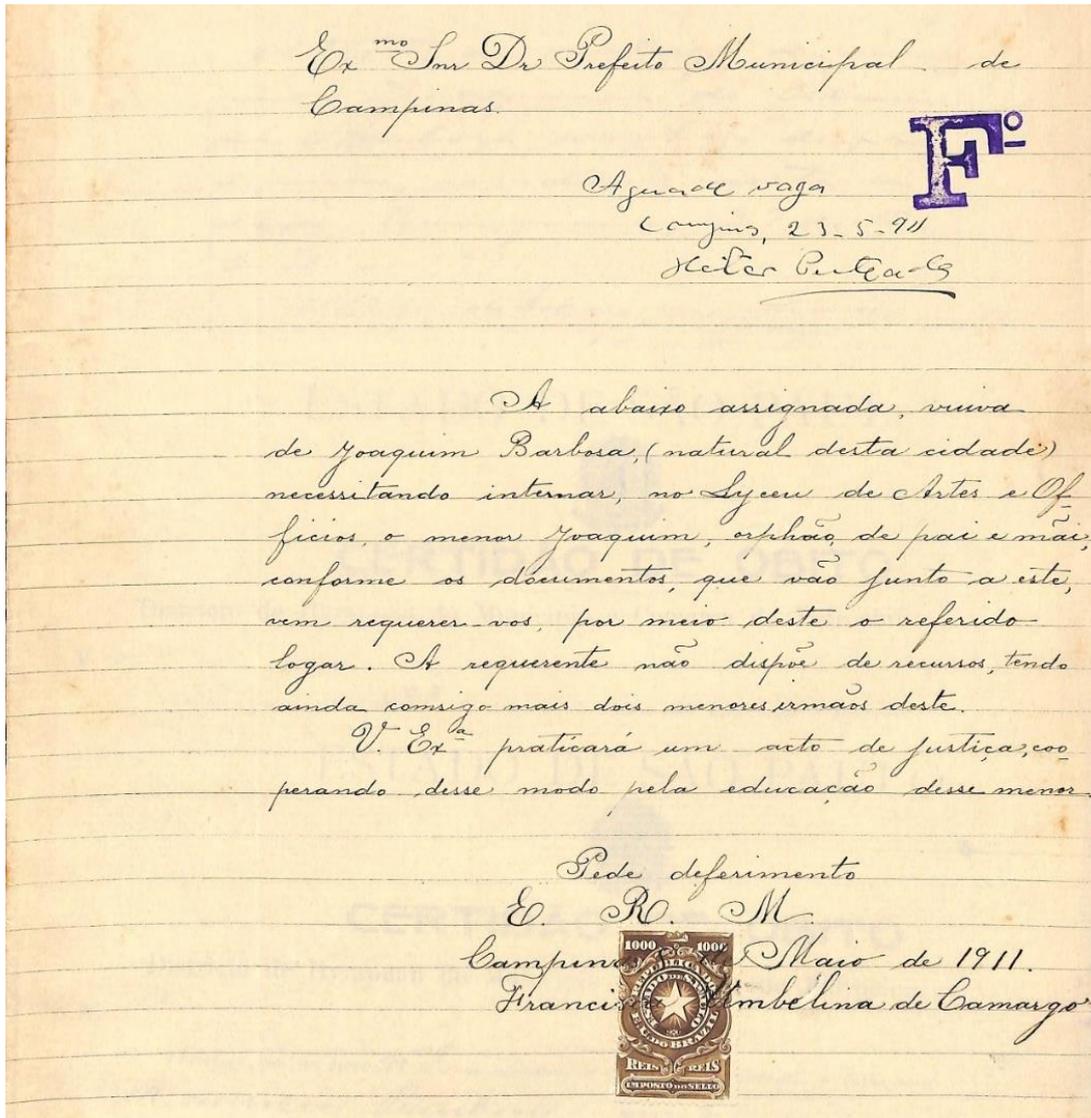
Pode-se encontrar outras 34 cartas deste tipo na série documental completa, solicitando, entre os anos de 1911 a 1918, matrículas para o internato de meninos pobres e órfãos no Liceu Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora (Liceu de Artes e Ofícios de Campinas).

Inaugurado em 1897, o Liceu, segundo palavras de seus idealizadores, “foi uma resposta concreta para resolver um problema social em Campinas ignorado pelas autoridades públicas”. Localizado no Alto do Guanabara (Item 4, Figura 1), o estabelecimento era destinado aos meninos pobres e órfãos a instrução primária e elementar, além de profissional, como o ensino voltado à tipografia, carpintaria, alfaiataria e sapataria. Nos anos de produção das cartas, o Liceu ofertava matrículas de internato, semi-internato e externato. Firmando-se como um dos colégios mais procurados e tornada, em 1918, a maior escola confessional de Campinas, voltada tanto para formação da elite como para os órfãos e pobres de toda a região (NEGRÃO, 2004). Conforme demonstram as documentações enviadas a prefeitura.

Vê-se que essas cartas de requerimento seguiam um procedimento recorrente. Longe de serem cartas e pedidos aleatórios, elas apresentavam solicitações de matrículas, acompanhadas de uma juntada de documentos, que incluíam verificações e contraprovas de informações presentes na carta de solicitação, seguindo sempre um padrão.

O requerimento, com uma carta direcionada ao prefeito de maneira extremamente respeitosa e minimamente apelativa em relação ao pedido, mencionava a situação social da família da criança e lembrava que as vagas ofertadas pertenciam à prefeitura. As informações sobre o requerente e o beneficiário, em geral, incluíam, o nome completo, idade da criança, naturalidade ou residência, e declaração de estado social baixo e/ou orfandade. Por fim, ressaltava-se a necessidade de tal benemerência, encerrando com agradecimento e cumprimentos de considerações a figura do Prefeito, segue figura 3:

Figura 3- Requerimento de matrícula no Liceu, Francisca Umbelina de Carvalho (08/05/1911).



Fonte CAMPINAS, Arquivo Municipal de. Requerimentos para matrícula de aluno 1894-1919.

Nota: Transcrição da carta:

Ex<sup>mo</sup> Snr. Dr. Prefeito Municipal de Campinas

Nota do Prefeito: Aguarda vaga. Campinas 23-5-11, Heitor Penteados.

A abaixo assinada, viúva de Joaquim Barbosa (natural desta cidade) necessitando internar, no Lyceu de Artes e Offícios, o menor Joaquim, órfão de pai e mãe, conforme os documentos, que vão junto a este, vem requerer-vos por meio deste o referido lugar. A requerente não dispõe de recursos, tendo ainda consigo mais dois menores irmãos deste.

V.Ex<sup>a</sup> praticará um ato de justiça, cooperando desse modo pela educação desse menor.

Pede deferimento.

E. R. M.

Campinas, 8 de Maio de 1911.

Francisca Umbelina de Camargo.

Os documentos anexos ao requerimento têm o efeito de confirmar as informações apresentadas na carta. Encontram-se atestados de pobreza assinado por autoridades locais, por exemplo: delegado de polícia, juiz de paz, padres, presidente de associação. Além de certidões de nascimento, carteiras de vacinação e certidões de óbito, que confirmavam que o peticionário era órfão (ANEXO 2).

Dentre as solicitações, seguindo os mesmos parâmetros recorrentes, referente a crianças em condições de vulnerabilidade e necessidade de instrução em um internato da cidade, seguiam também outras opções de narrativas, como o pedido do Sr. Adolpho Affonso de Carvalho:

MD Prefeito de Campinas,  
 O abaixo assinado, brasileiro, casado e pai de oito filhos, vem muito respeitosamente pedir, confiado no espírito esclarecido como sois, que então boa hora rege os destinos da municipalidade com critério e justiça. Peço licença para dirigir essas linhas, no sentido de por seu intermédio, poder matricular o meu filho Adolpho Affonso de Carvalho Filho, de 10 anos de idade como aluno no Liceu de Artes e Ofícios desta cidade, pois que a Câmara tem direito de internar certo número de meninos pobres, em recompensa de favores, que a mesma favorece, aquela casa de educação que constitui um dos ornamentos dessa terra bem fadada. Notai bem senhor doutor prefeito creio que meu filhinho tendo a satisfação de ser campineiro, razão por que se *furga* com direito de pedir a sua matrícula, que constitui a felicidade não só sua, como também de uma família pobre. Junto envio o atestado do senhor doutor juiz de paz da Conceição.  
 P. Deferimento. Campinas, 24 de setembro de 1916.  
 Adolpho Affonso de Carvalho.

A justificativa dada pelo requerente para conseguir uma vaga no internato para o seu filho de 10 anos no Liceu se faz em torno do fato do menino ser campineiro. Ser natural da cidade de Campinas não era um requisito obrigatório para aceitação da matrícula, bastava apenas residir na cidade, visto que o pedido de Libania Augusta Sodré, do município de Serra Negra, fora recusado pelo Prefeito Heitor Penteado por esse motivo. Entretanto, mencionar o fato de ser campineiro aparece com frequência nas correspondências e, como exemplo, no requerimento de Adolpho de Carvalho, não como uma simples informação, mas como elemento de distinção: “Notai bem senhor doutor prefeito creio que meu filhinho tendo a satisfação de ser campineiro[.]”

As solicitações eram remetidas junto aos documentos probatórios, em geral declarações de padres, delegados de polícia ou de juízes de paz, como se veem nos seguintes exemplos:

Delegacia de Polícia de Campinas [Papel Timbrado].  
 Atesto que D. Idalina Ferreira, viúva, é pessoa pobre, não dispõe de recursos para o sustento de seu filho José Victorino Ferreira, menor, de 11 anos de idade.

Campinas, 23 de janeiro de 1911.  
O Delegado de Polícia.  
Benedito de Mello.

Antonio de Oliveira e Silva, Escrivão de Paz e Oficial do Registro Civil nesta Cidade de Jundiahy etc.

Certifico que revendo em meu cartório o livro de Registro de óbito, sob número quatorze, dele a folhas cinquenta e cinco consta o registro do teor seguinte: Número cento e trinta e um. Registro de óbito de João Victorino Ferreira, aos vinte e quatro de março de mil novecentos, nesta Cidade de Jundiahy, Estado de São Paulo, no meu cartório compareceu Affonso Alves de Carvalho, exibindo o atestado do Doutor Olavo Guimarães, me declarou que aconteceu as dez horas da noite faleceu por ferimento grave que recebera na cabeça, João Victorino Ferreira, português de quarenta anos de idade (ilegível), casado, morador em Campo Limpo, sendo a causa da morte concussão cerebral, e foi sepultado no cemitério municipal desta cidade. E do que para constar lavrei este termo em que assina o declarante. Exc. Joaquim Antonio Baptista Costa Junior Escrivão o escrevi e assigno. Joaquim Antonio Baptista Costa Junior – Affonso Alves de Carvalho. Era o que se continha em dito assunto em tudo conforme do seu original. Jundiahy, 18 de janeiro de 1911.

Eu Antonio de Oliveira e Silva, Oficial do Registro Civil que escrevi e assigno.  
Antonio de Oliveira e Silva.  
Jundiahy, 18 de janeiro de 1911.

Caso não enviados, as certidões e atestados eram solicitadas como anotação na própria carta, pelo prefeito, que exigia comprovação das informações. Por exemplo, neste pedido de 7 de janeiro de 1912, o Prefeito Heitor Penteado dá o parecer: “Junta certidão de idade, em breve resolverei”.

Bastante concorrido, o acesso à vaga no Liceu nem sempre era atendido, como se pode ver nos dois exemplos seguintes:

Carolina Martins, desejando internar no liceu Nossa Senhora Auxiliadora desta cidade o menor Sebastião Geraldo, vem respeitosamente pedir a vossa excelência conceder a primeira vaga que se der entre os alunos órfãos mantidos por essa prefeitura, naquele internato.

16 de agosto de 1916.

Carolina Martins

Horácio Monteiro da Silva Leite, tendo em tempos juntados os respectivos documentos pedindo a V.Ex<sup>cia</sup> um lugar no liceu de Artes e ofícios para o órfão Ignácio de Arruda Camargo, obteve o seguinte despacho “aguarde ocasião oportuna”. Como agora época de reabertura das aulas no respectivo Liceu volto solicitando este lugar, pelo que V.Ex<sup>cia</sup> fará uma obra de caridade.

Campinas, 6 de fevereiro de 1917.

Horácio Monteiro S. Leite

As características dessa população que almejava matrícula nessa escola são tão diversas quanto importantes para interrogar os meios de acesso à escola. No caso dos órfãos, a escolha do internato é evidente por se tratar de um lugar que ofereceria abrigo e alimento aos garotos. Referente às famílias, supõe-se tratar de indivíduos que necessitam da internação de

seus dependentes como estratégia de ascensão, compreendendo que o ensino de um ofício para além da alfabetização representa uma oportunidade de crescimento profissional.

Os estudos de Demartini (1989) e Souza (1998) fazem pensar a escola pública como instrumento de arregimentação eleitoral. Já a escola particular, com suas especificidades e com tradição na sociedade durante esse período, tinha seu acesso condicionado ao poder público pelo processo de subvenção de vagas, quando a família não apresentava condições de pagar pelo ensino. Os políticos que estariam no poder, por sua vez, utilizam-se desse processo de intermediação para que se colocassem como figuras centrais à aceitação do ingresso nessas instituições.

O conjunto de pedidos de matrícula no Liceu informa sobre o apelo para a benemerência e a caridade como recurso individual da demanda por educação. Mostrando como a demanda por escola estava também ligada à necessidade individual de apoio e assistência. Nesse caso, os requerimentos individuais de matrícula evidenciam a complexidade das motivações por trás da busca por escola e como essa busca está intrinsecamente relacionada às questões de alfabetização da população. Essa postura contrasta com os pedidos formalizados em abaixo-assinados que solicitam a criação de escolas para uma coletividade.

### **3.3- Ação coletiva para criação de escolas**

Apesar da diferença dos abaixo-assinados em relação aos requerimentos, prevalecem as mesmas demandas em ambos os casos: matrículas, vagas, nomeação de professores. Entretanto, uma parte dos abaixo-assinados solicita a criação de escolas. Quando sentia a necessidade de uma escola mais próxima de suas residências, a população de um bairro ou distrito elaborava um requerimento. Diferentemente das recorrências presentes nos requerimentos de matrículas, os abaixo-assinados para criação e reabertura da escola são produzidos ao longo dos anos de 1903 a 1924, em diferentes bairros da cidade. Bairros onde não funcionavam escolas municipais ou, quando tinham escolas isoladas em número insuficiente para atender um número alto de crianças em idade escolar. Em geral, tratava-se de bairros populares e em crescimento. De forma prática, vê-se a criação das escolas nesses bairros acontecendo ao longo do período em que os abaixo-assinados são produzidos, enquanto as dos centros urbanos e distritos vão sendo suprimidas, dando lugar às escolas estaduais.

Quadro 2- Escolas municipais de Campinas.

1900	1917
Escola Femina da Conceição	Ferreira Penteado (feminina)
Escola Femina do Bairro do Fundão	Escola feminina do Fundão
Escola Masculina de Santa Cruz (2 classes)	Escola feminina do Taquaral
Escola Feminina de Santa Cruz	Corrêa de Mello (4 classes masculinas)
Escola Feminina do Taquaral	Escola Masculina de Arraial de Souza
Escola Masculina do Guanabara	Escola Masculina de Vallinhos
Escola Feminina do Arraial dos Souza	Escolas Mistas de Guanabara (2 classes)
Escola Masculina do Arraial dos Souza	Escola Mista de Canleiras
Escola Feminina de Valinhos	Escola Mista do Bomfim
Escola Feminina da Estação Joaquim Egydio	Escola Mista de Villa Industrial
Escola Masculina da Estação Joaquim Egydio	1ª Escola Mista de Capivary
Escola Masculina de Capivary	2ª Escola Mista de Capivary
	Escola Mista de Campo Grande
	Escola Mista de Campo Redondo
	Escola Mista do Descampado
	Escola Mista do Pary
Total de matrícula: 494	Total de matrícula: 779

Fonte: Relatório de Atividades enviado à Câmara, 1900; 1917. Dados compilados pelo autor.

O estudo de Sousa (1998) apresenta de maneira resumida as formações de associação de bairros em zonas populosas de Campinas, que são as bases territoriais desse tipo de requerimento<sup>23</sup>. A autora dedica em seu estudo um texto sobre a Vila Industrial e como seus moradores se organizavam para requerer melhorias para o bairro, juntamente com a criação de escolas.

O destaque atribuído à Vila Industrial é justificado pelo fato de o bairro ser um dos primeiros densamente habitados e próximos ao centro da cidade. A ocupação em torno do núcleo urbano comercial do Distrito Nossa Senhora da Conceição ocorreu em conjunto com o aumento da atividade industrial na região no início do século XX. Os primeiros relatos de ocupação neste bairro datam de 1900, e, já em 1910, trabalhadores de ferrovias, curtumes e indústrias começaram a se estabelecer naquela área. Isso intensificou a demanda por moradia popular, tornando a especulação imobiliária um empreendimento lucrativo (SOUZA, 1998). Existem evidências do surgimento dessas colônias de casas para a população operária também em outros bairros dos distritos de Carmo e Santa Cruz (Figura 2).

<sup>23</sup> Abaixo-assinados e requerimentos solicitando outros serviços públicos podem ser encontrados nos demais grupos documentais no Acervo do Arquivo Municipal de Campinas.

Ao abordar as características da Vila Industrial, Souza (1998) descreve uma região pobre, densamente povoada, próxima ao centro, mas isolada do centro da cidade pela linha férrea. Também indica a presença de trabalhadores que ocupavam cargos e funções mais elevados, principalmente ferroviários, que, mesmo com salários mais altos, escolhiam viver nesses bairros operários. Portanto, para a Vila Industrial e os bairros de Guanabara, Estação de Cambuí, Bonfim, Botafogo e Ponte Preta, há uma diversidade de atividades existentes, industrial e comercial, e a presença de trabalhadores de estratos sociais diferentes interagindo. A ação social proporcionava certa autonomia aos seus moradores, formando laços de identidade e sociabilidade entre eles. Um exemplo disso é a ação coletiva para a criação de abaixo-assinados que indicavam as necessidades urbanas de cada bairro.

A título de comparação, os pedidos de nomeação de determinados professores apresentam um prestígio maior e maiores chances de serem atendidos no formato de abaixo-assinados. Fica evidente que os moradores sabiam do poder que essa ação tinha. Seguem dois casos, a título comparativo, de pedidos de nomeação de professores. Um deles é realizado por meio de requerimento individual; outro, através de abaixo-assinado.

O primeiro deles, um requerimento de Maria Gonçalves Nabão:

A abaixo assinada, Maria Gonçalves Nabão, viúva, fazendo um apelo ao coração generoso de V.<sup>Ex</sup>, vem por este meio pedir, se possível, fosse concedida uma escola municipal isolada, onde pudesse lecionar com alguma remuneração, a sua filha Delphina, com a idade de 19 anos, solteira, a que esteve durante 4 1/2 anos no Colégio Progresso desta cidade. Contando de antemão com a valiosa proteção de V.<sup>Ex</sup>, a signatária apresenta os protestos de extremada gratidão. Saudando a V.<sup>Ex</sup>, peço se dignéis dar deferimento.  
Campinas, 15 de janeiro de 1917.  
Maria Gonçalves Nabão.

O outro, um abaixo assinado (de: Antonio Boseatto, José Boseatto, José Correa Leite, Jose Correa Leite Filho, Ignácio Leita e Campos e Luiz Pires Barbosa) organizado no bairro do Capivary:

Dr. Prefeito Municipal  
Os abaixo assinados pedem a reabertura da escola mista desta localidade, pois a mesma acha se fechada há muitos dias, e indicam para professora D. Luiza de Campos, conforme já foi indicada no primeiro abaixo-assinado.  
Apresentam-lhe seus protestos de estima e consideração.  
Bairro do Capivary, 13 de Fevereiro de 1917.

Na ação que demanda um abaixo-assinado, os próprios professores que tinham acesso ao prefeito buscavam o apoio dos moradores para fortalecer os argumentos de suas petições. A professora Delmira de Oliveira, responsável pela 2ª escola do sexo feminino de Vila Americana,

por exemplo, cita o abaixo-assinado dos moradores que solicitavam professores de fora para montar a banca examinadora de sua escola. Em 3 de dezembro de 1909, escreve:

Tendo sido avisada de que alguns chefes de família daqui, como um sinal de protesto, não consentiram que suas filhas, algumas delas minhas alunas, compareçam os exames a efetuar-se proximamente, caso venha a ser eles feitos por banca examinadora composta de qualquer professor daqui, venho trazer essa notícia ao vosso conhecimento com intuito de ver se podemos evitar a contrariedade que poderia resultar desse ato, não somente da parte dos pais que desejam que suas filhas sejam examinados por pessoas estranhas, imparciais, desinteressados e sem inimizades aqui, como também de evitar a contrariedade que eu teria vendo me privada de provar o adiantamento de todas as minhas alunas. Creio que o único meio de evitar essa indisposição que já se está generalizada seria a substituição integral da banca examinadora por pessoas completamente estranhas ao lugar, sem amigos nem inimigos aqui.

Já para a criação de uma escola, os expedientes variavam. Apresenta-se a a justificativa do déficit aluno *versus* vaga, como no abaixo-assinado que se segue:

Exmo. Sr. Alberto Faria, M. D. Inspector Municipal de Instrução Pública  
26 de Março de 1913

Os abaixo assignados, pais de família moradores no bairro de Villa Industrial, desta cidade, com a devida veem por meio deste vêm representar a V.Ex<sup>cia</sup>. quanto ao seguinte:

Como é sabido, em dito bairro, um dos mais florescentes de Campinas, existem apenas duas escolas, uma para cada sexo, atualmente em funcionamento. Ora, essas escolas já não satisfazem ao número avultado de crianças que ali existem, dado o grande aumento da população local.

Mais duas escolas criadas para o bairro não seriam demais para a vulgarização do ensino entre as classes populares. Os signatários da presente, certos do grande interesse por V. Ex<sup>cia</sup>. já demonstrado em bem da instrução publica, vêm pedir-lhe a valiosa intervenção no sentido de estabelecer-se em Villa Industrial, ao menos uma escola mista, que terá matrícula e frequência suficientes, pelos motivos já referidos.

E agradecendo-lhe de antemão qualquer providencia nesse sentido, o que, por certo, não se fará esperar, dada a solicitude de V. Ex<sup>cia</sup>., os abaixo assignados têm a honra de apresentar-lhe seus protestos da mais alta estima e consideração.

Campinas, 4 de Março de 1913.

Outro expediente se valia de um intermediário que pudesse falar em nome dos moradores. João Milani cumpriu este papel na correspondência abaixo:

Ex<sup>mo</sup> Snr. Dr. Heitor Penteado  
Ex. Prefeito da Municipalidade

João Milani em nome dos moradores da Chácara Lului de Pontes "Villa Industrial" vem novamente interceder para os dignos poderes da V.S. para a criação de uma escola mista, conforme um abaixo assignado por centos e tantos assinaturas e apresentado a V.S<sup>a</sup> quase dois meses.

Confiando na extrema benevolência de V.S na certeza que serei atendido peço deferimento.

Campinas, 8 de Maio de 1916.  
João Milani

A insistência também era um expediente utilizado, conforme é possível perceber numa nova carta remetida à Prefeitura por João Milani:

Exmo. Sr. Dr. Heitor J. Penteado  
Dignss. Prefeito Municipal  
[Anotação do Prefeito inelegível]

A piedade dos moradores do bairro denominado Villa de São Bernardo nos terrenos da extinta Companhia Pastoril e suas adjacências, venho por este meio requerer de V. Ex<sup>cia</sup> se digne empregar os meios necessários à ser preenchido o nobre e mui justo fim, para que as crianças desse aludido bairro possam receber a necessária instrução primaria, as quais em n<sup>o</sup> de 53, Como, se verifica pela lista inclusa e por residirem nesse local un tanto afastado, não podendo por isso fazerem uso dos estabelecimentos existentes em Villa Industrias, faz mister que seja criada uma escola mista nesse bairro; Cooperando assim para que a cultura do nosso meio social e sem dúvida alguma cooperará também para à diminuição do analfabetismo em Campinas que por forma alguma, manda o bom senso que não se deixe crescer, é a razão porque vos dirijo esta.

Confiante, porém que V. Ex<sup>cia</sup> possuidor da nobreza de caráter, é que tem sempre voltado suas vistas para assumptos desta natureza, se esforçando para a criação de escolas necessárias dos arrabaldes desta cidade; Julgo desde já ter chegada em boa ocasião ás vossas mãos, a presente petição, muito especialmente agora que a nossa Escola Normal, acaba de pôr à vossa disposição regular n<sup>o</sup> de professores, os quais por sua vez estão desejosos por iniciar suas praticas no ensino.

Contudo, com o apoio de V. Ex<sup>cia</sup> para que seja muito breve criada essa escola, em nome dos pais dessas crianças.

Peço deferimento.

Campinas, 8 de Janeiro de 1917.

Luiz Antonio Prestes

Por vezes, a reivindicação seguia à prefeitura com indicação da solução a ser providenciada para a acomodação e funcionamento da escola pleiteada, como no caso da manifestação dos moradores do bairro do Pary, datada de 1907, para a Câmara Municipal de Campinas:

Ilmos Srs. Presidente e mais membros da Camara Municipal de Campinas

A comissão de Instrução Pública 20-5-907. [Assinatura ilegível]

Os abaixo assinados moradores do bairro do Pary situado no districto de Santo Cruz de Campinas, pelo presente, vêm pedir para V<sup>s</sup>S<sup>s</sup> a criação de uma escola mixta, visto como, existem no referido bairro, creanças de ambos os sexos um número superior a cem, que precisam receber à instrucção preliminares, e não existe la instrucção algum; prontificando-se o signatário, Santiago Perez, conceder gratuitamente, una casa com acomodações sufficientes, nãs s´para escola com tambem para residência do professor ou professora

Nestes termos, sendo de justiça

P. deferimento

E. R. M<sup>co</sup>

Bairro do Pary

11 de maio de 1907.<sup>24</sup>

<sup>24</sup> O parecer da comissão de instrução da Câmara exarou o seguinte parecer para a solicitação:

“Sobre o requerimento dos moradores do bairro do Pary situado no districto de Santa Cruz desta cidade, pelo qual solicitaram a criação de uma eecola mixta no dito bairro, a comissão de Instrução publica já se pronunciou no sentido de nada ter a oppor, porem a comissão de finanças entende que pelo Dr. intendente municipal, deve ser

A variedade dos esforços e expedientes realizados pela população atesta de muitos modos as dificuldades do poder público para prover escolas na cidade. A demanda da população por vagas e condições de funcionamento das escolas é evidenciada nesse tipo de documento.

De fato, a soma de recursos para solicitar da prefeitura as providências para adequar uma ou outra situação funcional ou condição material da escola e, principalmente, atender demandas por vagas, matrículas e escolas sugere que a população dava atenção à escola. As correspondências de natureza reivindicatória encontradas no Arquivo Municipal corroboram as teses de Dermartini (1989) e Souza (1998) sobre a demanda popular por escolarização, deixando ainda ver os expedientes então utilizados. Os professores que procuravam legitimar seus argumentos e petições por meio do apoio da população, não raro, procuravam intermediários para falar em seu nome. De qualquer modo, a arregimentação de apoio para a criação de vagas e de escolas foi um recurso que, no período analisado, indicava a participação direta da população para ter acesso ao ensino escolar. Da mesma forma, os requerimentos e cartas de solicitação interpelam o poder público e, especialmente, a prefeitura municipal, acerca da insuficiência de condições de funcionamento das escolas ou de exercício da docência e da quantidade de vagas para a educação popular.

---

estudado o assumpto para verificar se há realmente essa necessidade, e se as despesas da instrucção a cargo da camara ainda comportam esse nosso encargo.

Por tanto a commissão dá seu parecer no sentido de ficar a cargo do intendente municipal a resolução sobre o referido assumpto. 12 agosto (apresentado a) Sala de sessões 22 de Julho de 1907”

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atenção aos fazeres ordinários e a variedade de formas de exercício do poder que a perspectiva de análise de Michel Certeau orienta não só permitiu revisitar o tema da demanda popular por escolas como também reavaliar o papel do poder municipal de Campinas na expansão educacional entre 1893 e 1920. Por um lado, o retorno às reflexões de Souza, Dermartini e Hilsdorf reuniu argumentos contra as interpretações sobre o desinteresse da população em relação à escola. Por outro, a análise das fontes atesta a importância do poder municipal para se pensar as estratégias de expansão escolar do período.

A falta de vagas, a incapacidade do poder público de oferecer escolas em número adequado e as solicitações de vagas são estabelecidas no discurso político do período, pressionando as autoridades por uma solução. Em vez de um mero descaso do Estado, Souza, Dermartini e Hilsdorf exploram esses aspectos da expansão escolar como vestígios da demanda populacional por escolas. Dessa perspectiva, o desdobramento dos turnos escolares e a quantidade de escolas privadas que ofereciam vagas públicas são analisadas como parte dos esforços para atender a demanda por escolas pela população. Igualmente, os requerimentos e abaixo-assinados apontavam para um interesse difuso, mas reiterado por escolas.

Nesta pesquisa, o itinerário de investigação circunscrito por Dermartini e Souza foi revisitado com o objetivo de compreender as dimensões teórico-metodológica, político-administrativa e social do estudo da expansão escolar durante a Primeira República. Assim, ao confirmar os principais argumentos de suas análises, corroborando suas conclusões, sublinha-se o papel complementar da iniciativa particular e a centralidade da política local para assegurar relevância à prefeitura de Campinas no atendimento da demanda por escolas. Também a municipalidade teve um papel complementar ao Estado na ampliação da oferta de vagas. Conforme se vê nas estatísticas consolidadas pela Secretaria de Educação de Estado, em 1917, 44,88% das vagas escolares dependeram da oferta de particulares ou da municipalidade, em 1918, 31,6%, e, em 1919, 43,75%.

Assim, verifica-se que na expansão escolar observada no período, a municipalidade em Campinas assumiu papel central para o requerimento de vagas e de condições de funcionamento de escolas. Mais do que os órgãos do estado de São Paulo, a prefeitura de Campinas foi o local para o qual professores, pais e a comunidade enviavam suas solicitações, individuais ou coletivas.

O exame da documentação reunida no Arquivo Municipal de Campinas aponta para uma variedade de ações que envolvem a docência e suas condições de trabalho, estrutura das escolas, o executivo municipal e as solicitações de matrícula gratuita em escolas particulares, assim como a iniciativa da população e sua relação com as autoridades locais.

A atenção dada aqui às análises acerca da demanda popular por educação e, especialmente, o estudo dos requerimentos e abaixo-assinados dirigidos à municipalidade de Campinas mostram que o tema possui aspectos que ainda merecem aprofundamento. O papel da municipalidade nas relações que a administração estadual e a iniciativa de particulares mantinham com oferta de vagas são questões que ainda podem ser averiguadas. Como é possível perceber no estudo de Costa (2017), a investigação dos subsídios da prefeitura de Campinas beneficiaria a compreensão, por um lado, da importância da política local para as ações da Diretoria Geral de Instrução do Estado e, por outro, da participação pública na benemerência privada.

Do mesmo modo, diferenciar a demanda, de acordo com o trabalho pioneiro de Souza (1998), contribui para a percepção de diferentes estratégias de solicitação. A distinção dos tipos de demanda auxilia a compreensão de como a escola era demandada em diferentes perspectivas. Estudos específicos de cada caso mostram-se úteis às análises voltadas para o entendimento das diferentes representações de escola no período.

Assim, ainda que, a partir dos resultados reunidos nesta dissertação, a indução da demanda escolar pelo Estado não possa ser negligenciada ou mesmo diminuída, perceber a demanda popular, como alertaram os estudos de Dermartini, Souza e Hilsdorf, contribui para renovar as questões acerca dos processos de escolarização no período.

De fato, durante a passagem do século XIX para o XX, a escola era uma instituição já reconhecida por parte da população como importante fator de distinção social. E, mesmo concordando com as teorias da reprodução social (BOURDIEU; PASSERON, 1975) de que as crianças oriundas de famílias escolarizadas tiram melhor proveito da escolarização, é necessário reconhecer que entre 1893 e 1920 é ampliada a parcela da população disposta a fazer da escola um recurso de educação para as crianças.

## REFERÊNCIAS

- AMARAL, Leopoldo. **A cidade de Campinas em 1900**: contendo, além do calendario completo para este anno, informações geraes. Campinas, SP: [s.n.], 1899. 375 p., 1 mapa E annuncios, il.
- CARVALHO, Francisca Umbelina. In: Correspondências do Grupo Documental Educação. Correspondências recebidas: solicitações de matrículas de alunos. Arquivo Municipal de Campinas. Campinas, 8 de maio de 1911.
- BORGES, José Antônio P; BORGES, Balbina. Arquivo Municipal de Campinas. In: Correspondências do Grupo Documental Educação. Correspondências recebidas. Campinas, 16 de outubro de 1901.
- BORGES, José Antônio P; BORGES, Balbina. Arquivo Municipal de Campinas. In: Correspondências do Grupo Documental Educação. Correspondências recebidas. Campinas, 4 de janeiro de 1901.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
- BRASIL. República dos Estados Unidos do Brasil. Ministério da Industria, Viação e Obras Públicas. Diretoria Geral de Estatística. Sinopse do Recenseamento de 31 de dezembro de 1890. Rio de Janeiro: Typ. Da Estatística, 1898.
- BRASIL. República dos Estados Unidos do Brasil. Ministério da Industria, Viação e Obras Públicas. Diretoria Geral de Estatística. Sinopse do Recenseamento de 31 de dezembro de 1900. Rio de Janeiro: Typ. Da Estatística, 1905.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Industria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. Anuário Estatístico do Brasil, 1º ano (1908-1912). Volume I, Território e População. Rio de Janeiro: Typ. Da Estatística, 1916.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Industria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. II. Recenseamento do Brasil: realizado em 1 de setembro de 1920. III. Censo 1920. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1926.
- BUENO, Manoel de Assis Vieira. Intendente Municipal. Câmara Municipal de Campinas. **Relatório apresentado à Câmara Municipal e referente ao triênio de 1899-1901**. Campinas, 1901. Typ. A Vappor “Livro Azul” de Castro Mendes e Irmão.
- CAMARGO, Antonio. Correspondência. In: Correspondências do Grupo Documental Educação. Correspondências recebidas. Arquivo Municipal de Campinas. Campinas, 19 de novembro de 1920.
- CAMARGO, Munir Abooud Pompêo de. **O contrato e a concepção: arquitetura escolar e grupo mandatário em Campinas: 1870-1889**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) Campinas: UNICAMP. 147p.

CAMPINAS. ARQUIVO MUNICIPAL DE CAMPINAS. Atom (Arq-Camp). s/d. Disponível em: <https://arq-camp.campinas.sp.gov.br/index.php/intend-ncia-municipal-prefeitura-municipal-de-campinas>. Acesso em: 04 jan. 2024.

CAMPINAS. Câmara Municipal de Campinas. Secretaria. Resolução nº 344, de 25 de abril de 1910. Sobre instalação do 3º grupo escolar. Campinas, SP, 25 abr. 1910.

CAMPINAS. Câmara Municipal de Campinas. Secretaria de Instrução Pública. Lei nº 27, de 15 de dezembro de 1893. Campinas, SP, 15 dez. 1893.

CAMPINAS. Câmara Municipal de Campinas. Secretaria. Lei nº 128, de 24 de outubro de 1908. Recenseamento escolar. Campinas, SP, 24 out. 1908.

CAMPINAS. Câmara Municipal de Campinas. Secretaria. Lei nº 197, de 4 de dezembro de 1913. Supressão e criação de escolas. Campinas, SP, 4 dez. 1908.

CAMPINAS. Câmara Municipal de Campinas. Publicações das Leis, resoluções, decretos, provimentos e demais atos promulgados pela Câmara Municipal. Campinas, SP, 1893-1899.

CAMPINAS. Câmara Municipal de Campinas. Secretaria. Lei nº 107, de 6 de setembro de 1905. Regula a instrução pública municipal. Campinas, SP, 6 set. 1905.

CAMPINAS. Câmara Municipal de Campinas. Secretaria da Intendência. Resolução nº 38, de 29 de março de 1897. Campinas, SP, 29 mar. 1897.

CAMPINAS. Câmara Municipal de Campinas. Secretaria. Resolução nº 248, de 23 de setembro de 1907. Autorisa a cessão do edifício Correa de Mello para um grupo escolar. Campinas, SP, 23 set. 1907.

CAVALHEIRO, Castorina. Intendência Municipal de Campinas. **Livro de chamada da Escola Feminina de Santa Cruz**. Campinas, 1907.

CARVALHO, Adolpho Affonso. Correspondência. In: Correspondências do Grupo Documental Educação. Correspondências recebidas: solicitações de matrículas de alunos. Arquivo Municipal de Campinas. Campinas, 24 de setembro de 1916.

CATANI, Denice. Informação, disciplina e celebração: os Anuários de Ensino do Estado de São Paulo. **Revista da Faculdade de Educação da USP**, vol. 21, nº 2, p. 9-30, jul./dez. 1995.

CAVALHEIRO, Castorina. Correspondência. In: Correspondências do Grupo Documental Educação. Correspondências recebidas: solicitações de matrículas de alunos. Arquivo Municipal de Campinas. Campinas, 15 de julho de 1901.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 13ª Edição. Petrópolis: Vozes, 2007.

CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. Imigração italiana e estratégias de inserção sociocultural: A Escola do Circolo Uniti de Campinas. In.: NASCIMENTO, Terezinha Ap. Quaiotti Ribeiro do et ali. **Memória da Educação em Campinas (1850-1960)**. Campinas: CMU Publicações; Editora Unicamp, 1999, p. 245-274.

COSTA, Ana Maria C. Infantsi. A escola na República Velha; Expansão do ensino primário em São Paulo. **A Escola na República Velha; Expansão do ensino primário em São Paulo**. São Paulo, EDEC, 1983. 162 p.

COSTA, Ricardo Felipe Santos da. **Ao abrigo da infâmia: as subvenções à proteção da criança na Câmara Municipal de São Paulo entre 1890 e 1927**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2027. 247p.

CUNHA, Jair; MONTEIRO, Luiz. Correspondência. In: Correspondências do Grupo Documental Educação. Correspondências recebidas. Arquivo Municipal de Campinas. Campinas, 4 de março de 1894.

DERMARTINI, Zeila. O coronelismo e a educação na 1ª República. **Educação e Sociedade**, nº 34, p. 44-74, dez. 1989.

GALDINO, José. Colégio São Benedito: a escola na construção da cidadania. In.: NASCIMENTO, Terezinha Ap. Quaiotti Ribeiro do et ali. **Memória da Educação em Campinas (1850-1960)**. Campinas: CMU Publicações; Editora Unicamp, 1999, p. 275-312.

HILSDORF, Maria Lucia. **História da Educação Brasileira: leituras**. São Paulo: Thomson, 2003.

LADEIRA, José M.; OLIVEIRA, Benedito Octavio de. **Almanach de Campinas para 1908**: contendo, além do calendario, a monographia de Campinas, informações uteis, relação das casas de commercio da cidade e dos bairros, etc. Campinas, SP: Casa Mascotte, 1907. 267 p., il.

LEITE, Horácio Monteiro S. Correspondência. In: Correspondências do Grupo Documental Educação. Correspondências recebidas: solicitações para matrículas de alunos. Campinas, 6 de fevereiro de 1917.

LISBOA, José Maria. **Almanak de Campinas e Amparo para 1872**. Campinas: Gazeta de Campinas, 1871,

LOBO, Antonio Alvares. Correspondência. In: Correspondências do Grupo Documental Educação. Correspondências recebidas. Arquivo Municipal de Campinas. São Paulo, 21 de abril de 1908.

MAIA, Orosimbo. Correspondência. In: Correspondências do Grupo Documental Educação. Correspondência interna. Arquivo Municipal de Campinas. Campinas, 22 de abril de 1908.

MAIA, Orosimbo. Prefeito Municipal de Campinas. Câmara Municipal de Campinas. **Relatório dos serviços realizados no triênio de 1908-1910 apresentado em sessão da Câmara de 15 de janeiro de 1911**. Campinas, 1911. Typ. Da Casa Genoud.

MASCARENHAS, Francisco de Araujo. Intendente Municipal. Câmara Municipal de Campinas. **Relatório dos serviços realizados no ano de 1906 apresentado à Câmara Municipal**. Campinas, 1907. Typ. Casa Mascotte – J. Ladeira.

MARTINS, Carolina. In: Correspondências do Grupo Documental Educação. Correspondências recebidas: solicitações para matrículas de alunos. Arquivo Municipal de Campinas. Campinas, 16 de agosto de 1916.

MELLO, Benedito de. Delegado de Polícia. Atestado. In: Correspondências do Grupo Documental Educação. Correspondências recebidas: solicitações para matrículas de alunos. Arquivo Municipal de Campinas. Campinas, 23 de janeiro de 1911.

MILANI, João. Correspondência ao Exmo Sr. Heitor J. Penteado. In: Correspondências do Grupo Documental Educação. Correspondências recebidas: abaixo-assinado para criação e reabertura de escola. Arquivo Municipal de Campinas. Campinas, 8 de Maio de 1916.

MIRANDA, Carmelina. Correspondência. In: Correspondências do Grupo Documental Educação. Correspondências recebidas. Arquivo Municipal de Campinas, Campinas, 6 de março de 1906.

MONTEIRO, Luiz. Correspondência. In: Correspondências do Grupo Documental Educação. Correspondências recebidas. Arquivo Municipal de Campinas. Campinas, 28 de maio de 1897a.

MONTEIRO, Luiz. Correspondência. In: Correspondências do Grupo Documental Educação. Correspondências recebidas. Arquivo Municipal de Campinas. Campinas, 24 de julho de 1897b.

MONTEIRO, Luiz Cerqueira. Correspondência. In: Correspondências do Grupo Documental Educação. Correspondências recebidas. Arquivo Municipal de Campinas. Campinas, 2 de fevereiro de 1906.

MORADORES do bairro de Villa Industrial. Abaixo assinados moradores do bairro de Villa Industrial. In: Correspondências do Grupo Documental Educação. Correspondências recebidas: abaixo-assinado para criação e reabertura de escola. Arquivo Municipal de Campinas. Campinas, 4 de março de 1913.

MORADORES do Bairro do Capivary. Abaixo assinados. In: Correspondências do Grupo Documental Educação. Correspondências recebidas: abaixo-assinado para criação e reabertura de escola. Arquivo Municipal de Campinas. Campinas, 13 de fevereiro de 1917.

MORADORES do Bairro do Pary. Abaixo assinado moradores do bairro do Pary. In: Correspondências do Grupo Documental Educação. Correspondências recebidas: abaixo-assinado para criação e reabertura de escola. Arquivo Municipal de Campinas. Campinas, 20 de maio de 1907.

NABÃO, Maria Gonçalves. Correspondência à Prefeitura de Campinas. In: Correspondências do Grupo Documental Educação. Correspondências recebidas: abaixo-assinado para criação e reabertura de escola. Arquivo Municipal de Campinas. Campinas, 15 de janeiro de 1917.

NASCIMENTO, Terezinha Ap. Quaiotti Ribeiro do et ali. **Memória da Educação em Campinas (1850-1960)**. Campinas: CMU Publicações; Editora Unicamp, 1999.

NEGRÃO, Ana Maria Melo. Educar para a cidadania através de valores católicos: Liceu Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora. In.: NASCIMENTO, Terezinha Ap. Quaiotti Ribeiro do et ali.

**Memória da Educação em Campinas (1850-1960).** Campinas: CMU Publicações; Editora Unicamp, 1999, p. 197-244.

NEGRÃO, Ana Maria Melo. **Infância, educação e direitos sociais: asilo de órfãos (1870-1960).** Campinas: CMU Publicações, 2004.

OLIVEIRA, Benedito Octavio de; MELILLO, Vicente. **Almanach Histórico e Estatístico de Campinas de 1912.** Campinas, SP: Casa Mascotte, 1911. 216 p., il.

OLIVEIRA, Benedito Octavio de; MELILLO, Vicente. **Almanach Histórico e Estatístico de Campinas de 1914.** Campinas: Casa Mascotte, [1914?]. 1 v. (paginação irregular), il.

OLIVEIRA, Delmira. Correspondência. In: Correspondências do Grupo Documental Educação. Correspondências recebidas. Arquivo Municipal de Campinas. Campinas, 9 de dezembro de 1909.

PENTEADO, Heitor Teixeira. Prefeitura Municipal de Campinas. Câmara Municipal de Campinas. **Relatório dos Serviços Prestados pela Prefeitura Municipal de Campinas no Exercício de 1916.** Campinas, 1917. Typ. Livro Azul – A.B. de Castro Mendes.

PHILIPPI, Carolina Cechella. **A burocracia como estratégia (Santa Catarina, 1911-1940).** Florianópolis: Editora UDESC, 2022.

PRESTES, Luiz Antonio. Correspondência ao Exmo Sr. Heitor J. Penteado. In: Correspondências do Grupo Documental Educação. Correspondências recebidas: abaixo-assinado para criação e reabertura de escola. Arquivo Municipal de Campinas. Campinas, 8 de janeiro de 1917.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930-1973).** Petrópolis; Vozes, 1978.

SÃO PAULO. Diretoria Geral da Instrução Pública. Governo do Estado de São Paulo. **Anuário do Ensino do Estado de São Paulo.** 1910-1911. Typ. Siqueira, Lagel & C. Disponível em: [https://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/periodicos/anuarios\\_ensino/AEE190900.pdf](https://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/periodicos/anuarios_ensino/AEE190900.pdf). Acesso em: 13 nov. 2023.

SÃO PAULO. Diretoria Geral da Instrução Pública. Governo do Estado de São Paulo. **Anuário do Ensino do Estado de São Paulo.** 1911-1912. Typ. Siqueira, Lagel & C. Disponível em: [https://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/periodicos/anuarios\\_ensino/AEE191100.pdf](https://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/periodicos/anuarios_ensino/AEE191100.pdf). Acesso em: 13 nov. 2023.

SÃO PAULO. Diretoria Geral da Instrução Pública. Governo do Estado de São Paulo. **Anuário do Ensino do Estado de São Paulo.** 1913. Typ. Siqueira. Disponível em: [https://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/periodicos/anuarios\\_ensino/AEE191300.pdf](https://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/periodicos/anuarios_ensino/AEE191300.pdf). Acesso em: 13 nov. 2023.

SÃO PAULO. Diretoria Geral da Instrução Pública. Governo do Estado de São Paulo. **Anuário do Ensino do Estado de São Paulo.** 1914. Typ. Siqueira. Disponível em: [https://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/periodicos/anuarios\\_ensino/AEE191400.pdf](https://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/periodicos/anuarios_ensino/AEE191400.pdf). Acesso em: 13 nov. 2023.

SÃO PAULO. Diretoria Geral da Instrução Pública. Governo do Estado de São Paulo. **Anuário do Ensino do Estado de São Paulo**. 1915. Augusto Siqueira & C. Disponível em: [https://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/periodicos/anuarios\\_ensino/AEE19150000.pdf](https://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/periodicos/anuarios_ensino/AEE19150000.pdf). Acesso em: 13 nov. 2023.

SÃO PAULO. Diretoria Geral da Instrução Pública. Governo do Estado de São Paulo. **Anuário do Ensino do Estado de São Paulo**. 1916. Typ. Do Diário Oficial. Disponível em: [https://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/periodicos/anuarios\\_ensino/AEE19160000.pdf](https://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/periodicos/anuarios_ensino/AEE19160000.pdf). Acesso em: 13 nov. 2023.

SÃO PAULO. Diretoria Geral da Instrução Pública. Governo do Estado de São Paulo. **Anuário do Ensino do Estado de São Paulo**. 1917, Volume II, Anexos. Typ. Augusto Siqueira & C. Disponível em: [https://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/periodicos/anuarios\\_ensino/AEE19170000.pdf](https://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/periodicos/anuarios_ensino/AEE19170000.pdf). Acesso em: 13 nov. 2023.

SÃO PAULO. Diretoria Geral da Instrução Pública. Governo do Estado de São Paulo. **Anuário do Ensino do Estado de São Paulo**. 1918. Augusto Siqueira & C. Disponível em: [https://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/periodicos/anuarios\\_ensino/AEE19180000.pdf](https://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/periodicos/anuarios_ensino/AEE19180000.pdf). Acesso em: 13 nov. 2023.

SÃO PAULO. Diretoria Geral da Instrução Pública. Governo do Estado de São Paulo. **Anuário do Ensino do Estado de São Paulo**. 1919. Augusto Siqueira & C. Disponível em: [https://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/periodicos/anuarios\\_ensino/AEE19190000.pdf](https://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/periodicos/anuarios_ensino/AEE19190000.pdf). Acesso em: 13 nov. 2023.

SÃO PAULO. Diretoria Geral da Instrução Pública. Governo do Estado de São Paulo. **Anuário do Ensino do Estado de São Paulo**. 1920-1921. Disponível em: [https://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/periodicos/anuarios\\_ensino/AEE19200000.pdf](https://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/periodicos/anuarios_ensino/AEE19200000.pdf). Acesso em: 13 nov. 2023.

SÃO PAULO. Inspetoria Geral do Ensino. Governo do Estado de São Paulo. **Anuário do Ensino do Estado de São Paulo**. 1907-1908. Typ. Augusto Siqueira & C.. Disponível em: [https://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/periodicos/anuarios\\_ensino/AEE19070000.pdf](https://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/periodicos/anuarios_ensino/AEE19070000.pdf). Acesso em: 13 nov. 2023.

SÃO PAULO. Inspetoria Geral do Ensino. Governo do Estado de São Paulo. **Anuário do Ensino do Estado de São Paulo**. 1908-1909. Typ. Siqueira, Salles & C.. Disponível em: [http://200.144.6.120/uploads/acervo/periodicos/anuarios\\_ensino/AEE19080000.pdf](http://200.144.6.120/uploads/acervo/periodicos/anuarios_ensino/AEE19080000.pdf). Acesso em: 13 nov. 2023.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado dos Negócios do Interior (Estado). Decreto nº 218, de 27 de novembro de 1893. Approva o Regulamento da Instrução para execução das leis ns. 88, de 8 de Setembro de 1892, e 169, de 7 de Agosto de 1893. São Paulo, SP, 27 nov. 1893.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado dos Negócios do Interior (Estado). Lei nº 930, de 13 de agosto de 1904. Modifica varias disposições das leis em vigor sobre instrução publica do Estado. São Paulo, SP, 13 ago. 1904.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado dos Negócios do Interior (Estado). Lei nº 1.579, de 19 de dezembro de 1917. Estabelece diversas disposições sobre a instrução pública do Estado. São Paulo, SP, 26 dez. 1917.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado dos Negócios do Interior (Estado). Lei nº 1.750, de 8 de dezembro de 1920. Reforma a Instrução Pública do Estado. São Paulo, SP, 9 dez. 1920.

SEGURADO, Arthur. Correspondência. In: Correspondências do Grupo Documental Educação. Correspondências recebidas. Arquivo Municipal de Campinas. Campinas, 10 janeiro de 1902.

SILVA, Antonio de. Escrivão de Paz e Oficial do Registro Civil de Jundiaí. Certidão de óbito. In: Correspondências do Grupo Documental Educação. Correspondências recebidas: solicitação de matrículas de alunos. Jundiaí, 18 de janeiro de 1911.

SIQUEIRA, Cláudia Gomes de. Campinas, seus distritos e seus desmembramentos: diferenciações político-territoriais e reorganização da população no espaço (1850-2000). Núcleo de Estudos de População (NEPO), Unicamp, 2009. 343 p.

SOUSA, Armando Madureira e. Correspondência. In: Correspondências do Grupo Documental Educação. Correspondências recebidas. Arquivo Municipal de Campinas. Campinas, 7 de julho de 1909.

SOUZA, Rosa Fátima de. A configuração das Escolas Isoladas no estado de São Paulo (1846 – 1904). **Revista Brasileira de História da Educação**, [S.L.], v. 16, n. 2, p. 341-377, abr. 2016. Universidade Estadual de Maringá. <http://dx.doi.org/10.4025/rbhe.v16i2.931>.

SOUZA, Rosa Fátima de. A difusão da escola primária em Campinas. In.: NASCIMENTO, Terezinha Ap. Quaiotti Ribeiro do et ali. **Memória da Educação em Campinas (1850-1960)**. Campinas: CMU Publicações; Editora Unicamp, 1999, p. 103-144.

SOUZA, Rosa Fátima de. **O direito à educação: lutas populares pela escola em Campinas**. Campinas: CMU Publicações; Editoria da Unicamp, 1998a.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo, 1890-1910**. São Paulo, SP: Unesp, 2004.

THOMPSON, Oscar. Diretor Geral de Ensino. Ofício ao inspetor municipal. In: Correspondências do Grupo Documental Educação. Correspondências recebidas. Arquivo Municipal de Campinas. São Paulo, 17 de março de 1907.







## Anexo II- Atestado do Vigário da Paróquia (17/02/1911)

Educação: Correspondência Recebida.  
Requerimento para matrícula de aluno. 1894-1919. Arquivo Municipal de Campinas

## Monsenhor Francisco de Campos Barreto,

Camareiro secreto e extranumerario de S. S. o Papa Pio X e Vigario da Parochia de Santa Cruz na episcopal  
cidade de Campinas, Arcebisado de São Paulo, Brazil.

Certifico que revendo o L..... 5..... de assentamentos de  
Baptizados..... da parochia de Santa Cruz de Campinas, encontrei  
a fls. 446..... o assento do theor seguinte:

Cos vinte e quatro de Setembro de mil oitocentos e  
noventa e seis, nesta matriz, baptizei solemnemente  
a Maria do Salvador, nascido em doze de Agosto do  
corrente, filho legitimo de Salvador Machado de  
Camargo e Dona Maria de Mello Camargo Padri-  
nhos: Antonio Jose Pereira e Dona Candida de Mello  
Pereira.

P.<sup>o</sup> Landell

Nada mais continha o dito assento que para aqui bem e fiel-  
mente trasladei de seu proprio original ao qual me reporto e dou fi.  
Ita in fide parochi.

Campinas 18 de  
Março de Mello Camargo

Campinas, 17 de Fevereiro..... de 1911

Padre Roque Ambrosini  
Pelo Vigario da Parochia




## Anexo III- Certidão de óbito de Maria Barbosa e Arthur Barbosa (19/04/1911).

Educação: Correspondência Recebida.  
Requerimento para matrícula de alunos (1894-1913) Arquivo Municipal de Campinas

ESTADO DE SÃO PAULO

*Falvies*

**CERTIDÃO DE OBITO**

Districto de Ityrapuan do Municipio e Comarca do Patrocinio do Sapucahy

Fls. 4240

Certifico que no livro *N.º 2* de assentos de obitos está registrado o fallecimento de *Maria*  
*Mauricio Barbosa* natural de *(n.ºs aij)*  
*30* annos de idade, fallecido no dia *14* de *Junho* de 1905 as *7* horas  
*tarde* na casa de *seu* residência deste districto,  
tinha de *firmamentos recibos* conforme  
estado de *Marias Firmin Gulent e Communidade* que fica archivado neste cartorio.  
O referido é verdade e dou fé.

Cartorio de Paz do Districto de Ityrapuan, 17 de *Abril* de 1905

O Official do Registro Civil  
*Eduardo de Nazimut Falliva*

arquivo municipal de campinas

Educação: Correspondência Recebida.  
Requerimento para matrícula de alunos (1894-1913) Arquivo Municipal de Campinas

ESTADO DE SÃO PAULO

*Falvies*

**CERTIDÃO DE OBITO**

Districto de Ityrapuan do Municipio e Comarca do Patrocinio do Sapucahy

Fls. 4180

Certifico que no livro *N.º 2* de assentos de obitos está registrado o fallecimento de *Arthur*  
*Barbosa* natural de *Campinas* aos *40*  
*40* annos de idade, fallecido no dia *13* de *Junho* de 1905 as *4* horas  
*tarde* na casa de *seu* residência deste districto,  
de *assacrats* conforme  
lo de *P. J. de Alcandá* que fica archivado neste cartorio.  
O referido é verdade e dou fé.

Cartorio de Paz do Districto de Ityrapuan, 17 de *Abril* de 1905

O Official do Registro Civil  
*Eduardo de Nazimut Falliva*

arquivo municipal de campinas

Fonte: Arquivo Municipal de Campinas.